DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA – DFD N° 027

PRC-40-Inex 38 21/01

1. Identificação do Requisitante:	
Unidade Administrativa Requisitante: *Setor de Compras*	
Responsável: *Filipe Vieira Babsky*	Cargo/Função: Coordenador de Contratos e Prestação de Contas
Matrícula: 41.020	E-mail e telefone do setor: (31) 3558-2315 cultura@mariana.mg.gov.br

2. Necessidade: *Contratação do **CIRCO VOLANTE** para compor a programação do Carnaval de Mariana de 2026.*

1. Justificativa da necessidade:

O Carnaval é uma das festividades mais tradicionais da cidade, atraindo moradores, visitantes das cidades vizinhas e turistas de diversas regiões, movimentando o comércio local, fortalecendo o setor de serviços e promovendo a circulação de renda.

Além de seu impacto econômico, o evento desempenha papel fundamental na valorização da cultura local, na promoção do lazer e no fortalecimento da identidade marianense. A inclusão de atrações musicais qualificadas contribui para ampliar a visibilidade do evento, assegurar a participação popular e garantir a diversidade de ritmos e estilos, respeitando a tradição carnavalesca e atendendo às expectativas da comunidade.

A contratação em questão é indispensável para a composição de uma programação atrativa, segura e organizada, capaz de atender ao planejamento da Secretaria Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo e cumprir os objetivos definidos para o Carnaval 2026. Ressalta-se, ainda, que a definição prévia das atrações possibilita uma melhor estruturação logística, maior eficácia nas ações de divulgação e a contratação tempestiva de demais serviços necessários para a realização do evento.

Dessa forma, a contratação da atração justifica-se pela necessidade de assegurar a qualidade artística do Carnaval de Mariana 2026, fortalecer o calendário cultural do município, fomentar a economia local e garantir o direito da população ao acesso à cultura, ao lazer e ao entretenimento em evento de grande porte e tradição regional.

2. Demonstrativo da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual (PCA):

Ainda não há regulamentação do Plano Anual de Contratações do Município de Mariana. Entretanto, está previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA).

3. Previsão da data em que deve ser iniciada a execução:

Após a assinatura do contrato.

4. DESCRIÇÃO E QUANTITATIVO DO OBJETO A SER CONTRATADO

Objetivando a instrução do processo, informamos que será necessária a contratação e realização de apresentação de artista, para compor a programação do evento junto às demais atrações, de acordo com o quantitativo abaixo:

Item	Qtd	Unid.	Material	Valor Unitário	Valor Total
1	2	UN	CORTEJO - CARNAVAL 2026	R$ 16.000,00	R$ 32.000,00

6.1- CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

(X) Recurso Próprio
( ) Recurso Vinculado Estadual
( ) Recurso Vinculado Federal
( ) Outros (quais?) Emenda Parlamentar

5. Indicação da comissão de planejamento da contratação e pela fiscalização da execução do objeto:

Para a adequada condução do procedimento, indicamos o servidor Filipe Vieira Babsky Matrícula 41.020 como membro responsável pela Comissão de Planejamento da Contratação nomeado pelo decreto nº 12.373, de 14 de julho de 2025, bem como o servidor Calos Roberto da Silva CPF 088.567.866-48 como membro da Comissão de Fiscalização da Execução do Objeto, que atuarão conforme as disposições legais aplicáveis e acompanharão todas as fases necessárias ao bom andamento e à execução do contrato.

Em conformidade com a legislação que rege o tema, encaminhe-se à autoridade competente para análise de conveniência e oportunidade para a contratação e demais providências cabíveis.

Mariana 10 de novembro de 2025.

Filipe Vieira Babsky
Matrícula 41.020 CPF 917.652.006-44
Coordenador de Contratos e Prestação de Contas

8-RESPONSABILIDADE PELA FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA N° 027

Para fins do disposto no artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000, declaro que as despesas decorrentes da obrigação a ser contraída apresenta adequação orçamentária e financeira com o corrente orçamento aprovado pela Lei Orçamentária Anual, bem como compatibilidade com o Plano Plurianual de Ação Governamental e com a própria Lei de Responsabilidade Fiscal. Declaro, ainda, que esta Secretaria possui disponibilidade orçamentária e financeira para cobrir as referidas despesas.

Data: 10/11/2025

Marcos Eduardo Batista
Secretário Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA
CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL, TURISMO E LAZER

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 027

Secretaria demandante: Secretaria Municipal de Patrimônio Cultural, Turismo e Lazer

Objeto: Contratação do **CIRCO VOLANTE** para compor a programação do Carnaval de Mariana de 2026.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

O Carnaval é uma das festividades mais tradicionais da cidade, atraindo moradores, visitantes das cidades vizinhas e turistas de diversas regiões, movimentando o comércio local, fortalecendo o setor de serviços e promovendo a circulação de renda.

Além de seu impacto econômico, o evento desempenha papel fundamental na valorização da cultura local, na promoção do lazer e no fortalecimento da identidade marianense. A inclusão de atrações musicais qualificadas contribui para ampliar a visibilidade do evento, assegurar a participação popular e garantir a diversidade de ritmos e estilos, respeitando a tradição carnavalesca e atendendo às expectativas da comunidade.

A contratação em questão é indispensável para a composição de uma programação atrativa, segura e organizada, capaz de atender ao planejamento da Secretaria Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo e cumprir os objetivos definidos para o Carnaval 2026. Ressalta-se, ainda, que a definição prévia das atrações possibilita uma melhor estruturação logística, maior eficácia nas ações de divulgação e a contratação tempestiva de demais serviços necessários para a realização do evento.

Dessa forma, a contratação da atração justifica-se pela necessidade de assegurar a qualidade artística do Carnaval de Mariana 2026, fortalecer o calendário cultural do município, fomentar a economia local e garantir o direito da população ao acesso à cultura, ao lazer e ao entretenimento em evento de grande porte e tradição regional.

2. ESSA CONTRATAÇÃO ESTÁ PREVISTO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES?

Ainda não há regulamentação do Plano Anual de Contratações do Município de Mariana. Entretanto, está previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA).

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.

I) A contratação deve efetivar-se junto a artista consagrado pela opinião pública local;
II) O estilo musical apresentado pelo artista deve corresponder ao evento;
III) Os serviços prestados devem ser de reconhecida qualidade pelo mercado;
IV) Deve haver compatibilidade de agendas entre o órgão público e o artista.

4. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA CONTRATAÇÃO.

Objetivando a instrução do processo, informamos que será necessária a contratação e realização de apresentação de artista, para compor a programação do evento.

Item	Qtd	Unid.	Material	Valor Unitário	Valor Total
1	2	UN	CORTEJO - CARNAVAL 2026	R$ 16.000,00	R$ 32.000,00

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Considerando a demanda para a contratação de artista, a administração local realizou levantamento de artistas com aceitação pela opinião pública e que possuíssem disponibilidade para apresentação visando sua participação na programação cultural oficial da Prefeitura Municipal de Mariana. No curso das diligências realizadas pela Secretaria de Cultura, verificou-se que o artista atende aos requisitos previamente definidos e demonstrou interesse e viabilidade para a realização das apresentações.

Destaca-se que o artista detém representatividade no cenário musical local, consolidada por sua trajetória musical e pelo amplo reconhecimento junto ao público. Tal notoriedade é evidenciada por

meio de publicações em redes sociais e veículos de comunicação, bem como pela participação em eventos, o que reforça sua relevância e aceitação no meio artístico.

Nos termos do artigo 74 da Lei Federal nº 14.133/2021, a regra geral para a Administração Pública é a realização de licitação, visando à obtenção da proposta mais vantajosa e assegurando a competitividade entre os interessados. No entanto, a própria legislação prevê hipóteses em que o procedimento licitatório se revela inviável, especialmente quando há impossibilidade de competição objetiva. Esse é o caso da contratação de serviços artísticos, uma vez que as performances musicais possuem caráter singular e criativo, tornando inviável a comparação entre diferentes artistas com base em critérios meramente objetivos.

Dessa forma, a inexigibilidade de licitação encontra respaldo no artigo 74, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, que autoriza a contratação direta de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

Diante do exposto, e considerando que a artista preenche os requisitos legais exigidos, a contratação direta por inexigibilidade de licitação mostra-se o meio mais adequado e juridicamente seguro para viabilizar a apresentação no evento, garantindo a realização de espetáculo compatível com as expectativas do público e os objetivos culturais da administração municipal.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Dada à potencialidade criativa ou características intrínsecas do trabalho artístico, não há como estabelecer pontos mensuradores para estabelecer uma competição que seja julgada através de critérios objetivos, o que não afasta a possibilidade de haver uma contratação com observância da seleção da proposta mais vantajosa, dentre outros princípios a ela atrelados. Mesmo cabendo certa discricionariedade na escolha do executante, nos cercamos de informações que demonstrem a consagração da artista, bem como o mínimo exigido para uma contratação segura e a razoabilidade do preço. O valor proposto para a referida apresentação está em conformidade com os valores praticados pelo artista no mercado, inclusive à mesma época de outras contratações.

Item	Qtd	Unid.	Material	Valor Unitário	Valor Total
1	2	UN	CORTEJO - CARNAVAL 2026	R$ 16.000,00	R$ 32.000,00

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO.

A escolha da Secretaria Municipal de Cultura para a contratação do serviço foi pautada pela opinião pública local, sendo este conhecido pelos shows que realiza, gozando de excelente conceito e aceitação popular, e seguindo todos os requisitos previstos na Lei de contratações vigente.

Não paira nenhuma dúvida de que possui reputação, experiência e conhecimento compatível com a necessidade que se propõe a Administração Municipal realizar aos munícipes de Mariana e região.

A justificativa da inexigibilidade nesta hipótese é a inviabilidade de competição. Com efeito, não há critérios objetivos para aferir a melhor proposta para a Administração Pública, não havendo, por consequência, respaldo fático para a realização do procedimento licitatório.

Por fim, verifica-se que esse dispositivo apresenta certo limite discricionário, autorizando o administrador a optar pela escolha que melhor atenda ao interesse público em razão das próprias características da performance artística desejada. Sendo assim, entendemos ser inexigível a licitação, tendo em vista que atende aos requisitos acima mencionados.

8. JUSTIFICATIVA DO PARCELAMENTO OU NÃO

O objeto da contratação é divisível e pode ser parcelado?

( ) Sim, é divisível e foi parcelado em tantas parcelas quanto tecnicamente e economicamente viáveis.

( ) É divisível, mas não poderá ser parcelado

(X) Não é divisível.

A contratação em tela não é divisível tendo em vista tratar-se de apresentação artística única.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Visando a programação cultural oficial da Prefeitura Municipal de Mariana, pretende-se:

- ✓ Fortalecer a cultura local.
- ✓ Incentivar a integração comunitária em um ambiente de celebração e convívio social saudável.
- ✓ Fomentar o turismo local, atraindo visitantes de Mariana e municípios vizinhos, movimentando a economia informal e o comércio local durante os eventos.
- ✓ Estimular a continuidade das manifestações populares, garantindo que as novas gerações tenham contato e valorizem as tradições culturais.
- ✓ Promover o acesso gratuito a atividades culturais de qualidade, democratizando a cultura e fortalecendo a cidadania cultural.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO.

A entrega da contratação será em dia e horário a serem definidos. O responsável pelo acompanhamento dos preparativos até a execução da contratação, será um colaborador da Secretaria Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo, devidamente designado pelo ordenador de despesa da pasta.

O servidor designado para exercer a função de fiscal do contrato será previamente cientificado de todas as cláusulas contratuais pertinentes, sendo devidamente capacitado para o exercício das atribuições de fiscalização, conforme exige o §1° do art. 18 da Lei n° 14.133/2021.

O artista contratado bem como os demais integrantes da banda e produção deverão estar aptos e presentes no local de apresentação, de acordo com orientação pré-definida pela Secretaria de Patrimônio Cultural e Turismo. A Secretaria de Patrimônio Cultural e Turismo é responsável pelo fornecimento de palco e camarim, sonorização, gerador de energia e apoio logístico para o local.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES.

Existem contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade da demanda?

( ) Não.
(X) Sim

Contratação de toda estrutura que estará montada e apta para receber o artista e que ficará à disposição durante todos os dias de evento: palco, sonorização, iluminação, gerador de energia e apoio logístico.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS.

Essa contratação gera algum impacto ambiental?

( ) Não.
(X) Sim.

Com vistas à observância das normas de sustentabilidade ambiental previstas na legislação vigente, todos os resíduos sólidos gerados durante a execução do evento serão devidamente tratados e descartados em conformidade com as diretrizes e normativas expedidas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, responsável pela política pública de limpeza urbana, coleta, manejo e destinação final de resíduos, garantindo-se o cumprimento dos princípios da responsabilidade ambiental e da eficiência na gestão dos serviços públicos.

No que se refere ao consumo de energia elétrica necessário para a realização do show, caberá a responsabilidade pela adequação da gestão da energia utilizada no evento. Tal medida visa resguardar o erário público, em consonância com os princípios da economicidade e da razoabilidade.

13. CONCLUSÃO.

O presente Estudo Técnico Preliminar evidencia que a contratação da solução descrita no item 7 "ESCOLHA DA SOLUÇÃO MAIS ADEQUADA" se mostra tecnicamente viável e fundamentadamente necessária:

( ) Não
(X) Sim.

Mariana, 10 de novembro de 2025.

Filipe Vieira Babsky
Coordenador de Contratos e Prestação de Contas

Aprovo o presente Estudo Técnico Preliminar, bem como estou de acordo com todas as informações prestadas nas declarações e assinaturas acima.

Marcos Eduardo Batista
Secretário de Patrimônio Cultural e Turismo

Serão devidamente considerados, na elaboração do Termo de Referência e do contrato, os riscos identificados e classificados no Mapa de Riscos, de modo a subsidiar a adoção de medidas preventivas,

mitigar possíveis impactos à execução contratual e assegurar o cumprimento do planejamento institucional.

MAPA DE RISCO

RISCO 1			
Não cumprimento do contrato por parte do artista (cancelamento ou qualidade inferior à esperada)			
Probabilidade:	( ) Baixa	(X) Média	( ) Alta
Impacto:	( ) Baixa	( ) Média	(X) Alta
Fase Impactada:	( ) Fase Preparatória ( ) Seleção do Fornecedor (X) Gestão do Contrato		
Id	Dano		
1.	Impacto negativo no evento, insatisfação do público e prejuízo financeiro.		
Id	Ação Preventiva		Responsável
1.	Inclusão de cláusulas contratuais prevendo penalidades por descumprimento e pagamento condicionado à efetiva prestação do serviço.		Fiscal administrativo do contrato
Id	Ação de Contingência		Responsável
1.	Abertura de procedimento administrativo para aplicação de sanções e execução da garantia em caso de desconformidade.		Gestor do contrato

RISCO 2			
Ausência de clareza na especificação dos serviços a serem prestados			
Probabilidade:	(X) Baixa	( ) Média	( ) Alta
Impacto:	(X) Baixa	( ) Média	( ) Alta
Fase Impactada:	( ) Fase Preparatória ( ) Seleção do Fornecedor (X) Gestão do Contrato		
Id	Dano		
1.	Descumprimento, pela contratada, de obrigações previstas em contrato.		
Id	Ação Preventiva		Responsável
1.	Divergências entre as partes sobre o que foi contratado.		Gestor do contrato
Id	Ação de Contingência		Responsável
1.	Elaboração detalhada do termo de referência, incluindo duração do show, requisitos técnicos e logística.		Gestor do contrato

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL, TURISMO E LAZER

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO / DEFINIÇÕES / INFORMAÇÕES ESSENCIAIS

1.1 OBJETO

Contratação do **CIRCO VOLANTE** para compor a programação do Carnaval de Mariana de 2026.

1.2 DEFINIÇÕES/INFORMAÇÕES ESSENCIAIS

1) Inexigibilidade, conforme inciso II, do artigo 74 da Lei Federal nº 14.133/21.
3) Condição de Serviço/Bem comum: Celebração de festa popular
4) Serviço contínuo: Não se aplica
5) Contato do responsável: Secretário de Cultura, Patrimônio Histórico, Turismo e Lazer

Telefone: 3558-2315

email: cultura@mariana.mg.gov.br

2. JUSTIFICATIVA

O Carnaval é uma das festividades mais tradicionais da cidade, atraindo moradores, visitantes das cidades vizinhas e turistas de diversas regiões, movimentando o comércio local, fortalecendo o setor de serviços e promovendo a circulação de renda.

Além de seu impacto econômico, o evento desempenha papel fundamental na valorização da cultura local, na promoção do lazer e no fortalecimento da identidade marianense. A inclusão de atrações musicais qualificadas contribui para ampliar a visibilidade do evento, assegurar a participação popular e garantir a diversidade de ritmos e estilos, respeitando a tradição carnavalesca e atendendo às expectativas da comunidade.

A contratação em questão é indispensável para a composição de uma programação atrativa, segura e organizada, capaz de atender ao planejamento da Secretaria Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo e cumprir os objetivos definidos para o Carnaval 2026. Ressalta-se, ainda, que a definição prévia das atrações possibilita uma melhor estruturação logística, maior eficácia nas ações de divulgação e a contratação tempestiva de demais serviços necessários para a realização do evento.

Dessa forma, a contratação da atração justifica-se pela necessidade de assegurar a qualidade artística do Carnaval de Mariana 2026, fortalecer o calendário cultural do município, fomentar a economia

local e garantir o direito da população ao acesso à cultura, ao lazer e ao entretenimento em evento de grande porte e tradição regional.

3. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO, QUANTITATIVOS E VALOR

Objetivando a instrução do processo, informamos que será necessária a contratação e realização de apresentação de artista, para compor a programação do evento.

Item	Qtd	Unid.	Material	Valor Unitário	Valor Total
1	2	UN	CORTEJO - CARNAVAL 2026	R$ 16.000,00	R$ 32.000,00

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO.

A escolha da Secretaria Municipal de Cultura para a contratação do serviço foi pautada pela opinião pública local, sendo este conhecido pelos shows que realiza, gozando de excelente conceito e aceitação popular, e seguindo todos os requisitos previstos na Lei de contratações vigente.

Não paira nenhuma dúvida de que possui reputação, experiência e conhecimento compatível com a necessidade que se propõe a Administração Municipal realizar aos munícipes de Mariana e região.

A justificativa da inexigibilidade nesta hipótese é a inviabilidade de competição. Com efeito, não há critérios objetivos para aferir a melhor proposta para a Administração Pública, não havendo, por consequência, respaldo fático para a realização do procedimento licitatório.

Por fim, verifica-se que esse dispositivo apresenta certo limite discricionário, autorizando o administrador a optar pela escolha que melhor atenda ao interesse público em razão das próprias características da performance artística desejada. Sendo assim, entendemos ser inexigível a licitação, tendo em vista que atende aos requisitos acima mencionados.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.

I) A contratação deve efetivar-se junto a artista consagrado pela opinião pública local;

II) O estilo musical apresentado pelo artista deve corresponder ao evento;

III) Os serviços prestados devem ser de reconhecida qualidade pelo mercado;

IV) Deve haver compatibilidade de agendas entre o órgão público e o artista.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução do objeto referente à contratação do artista para apresentação musical, será conduzida em etapas previamente definidas, assegurando o pleno cumprimento do contrato e a efetividade do resultado cultural pretendido pelo Município.

6.1. Início da Execução Contratual
A execução se iniciará com a formalização do contrato administrativo entre a Prefeitura Municipal de Mariana, por meio da Secretaria de Cultura, e o artista, mediante assinatura contratual e emissão da respectiva Nota de Empenho.

6.2. Planejamento e Articulação Técnica
Após a formalização, será realizada reunião técnica entre a equipe da Secretaria de Patrimônio Cultural e Turismo, a produção do artista e os responsáveis pela organização, para alinhamento de informações logísticas e técnicas relacionadas à apresentação, tais como:

Definição do local do show;

Data e horário da apresentação, conforme cronograma;

Requisitos técnicos (rider técnico);

Estrutura de palco, som, iluminação e camarins;

Segurança e acessibilidade.

6.3. Logística e Infraestrutura
A Prefeitura de Mariana será responsável por garantir toda a infraestrutura necessária à realização do show, incluindo montagem de palco, sonorização, iluminação, conforme os termos acordados entre as partes e constantes no rider técnico do artista.

6.4. Apresentação do Artista
A apresentação do artista deverá ocorrer no dia e horário previamente definidos, com duração aproximada de 1h30 (uma hora e trinta minutos. O show será de acesso gratuito ao público, integrando o conjunto de ações de valorização cultural, democratização do acesso à arte e fortalecimento do calendário turístico e cultural do município.

6.5. Relatório de Execução
Após a apresentação, será emitido relatório de execução pela equipe técnica da Secretaria de Cultura, atestando o cumprimento do objeto contratual, a adequação da entrega aos parâmetros estabelecidos e a regularidade do serviço prestado. O relatório poderá conter registros fotográficos, audiovisuais e parecer técnico-cultural sobre a atividade.

6.6. Encerramento do Contrato
O encerramento do contrato ocorrerá após a apresentação da artista, a aprovação do relatório de execução e a confirmação do cumprimento de todas as obrigações contratuais por ambas as partes. O pagamento será efetuado conforme previsto contratualmente, condicionado à apresentação da documentação fiscal e do atesto pela fiscalização do contrato.

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

A contratação do artista será realizada por meio de inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, que permite a contratação direta quando houver

inviabilidade de competição em razão da contratação de profissional do setor artístico, consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

A inviabilidade de competição decorre da natureza personalíssima da apresentação artística pretendida, sendo o artista o único capaz de realizar o serviço de forma autêntica, conforme amplamente reconhecido por sua trajetória, estilo musical e identidade artística. A escolha do artista visa à valorização do evento, à atração de público diverso e à qualificação da programação cultural, aspectos essenciais para o alcance dos objetivos pretendidos.

A comprovação da notória consagração da artista será feita por meio de documentação pública e material promocional, incluindo:

Histórico profissional e biografia artística;

Reconhecimento pelo público;

Ampla circulação na mídia e plataformas digitais.

A contratação será intermediada por sua representação exclusiva, devidamente comprovada mediante apresentação de documento que ateste a exclusividade da empresa ou empresário responsável pela gestão da carreira do artista. Esta exigência está prevista no §1º do art. 74 da Lei 14.133/2021, como condição para a legalidade da inexigibilidade.

Por fim, a adequação dos preços será verificada com base em propostas de apresentações similares, quando disponíveis, bem como em análise da compatibilidade com os valores praticados pelo mercado para artistas de igual notoriedade, nos termos do art. 23, § 4 da referida legislação.

8. HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação no certame, as licitantes terão de satisfazer os requisitos mediante apresentação de documentos relativos a:

8.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) Cartão CNPJ;

b) Registro comercial, no caso de empresa individual; ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e última alteração relativa ao objeto e administradores, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial e, ou a última alteração consolidada, no caso de sociedade por ações, acompanhado do documento de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício; decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

8.2. HABILITAÇÃO FISCAL

a) Comprovante de regularidade fiscal com as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal (ou distrital) da sede do licitante;

b) Comprovante de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

c) Comprovante de regularidade com a Justiça do Trabalho, por meio de certidão emitida pelo site www.tst.gov.br;

8.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA

Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física ou em sítio eletrônico caso a comarca da licitante disponha desta ferramenta.
Será permitida a participação de empresas em recuperação judicial, desde que apresentem certidão emitida pelo Juízo Falimentar e/ou Plano de Recuperação deferido, na qual fique demonstrado que a empresa está apta econômica e financeiramente para participar dos procedimentos licitatórios

8.4. DECLARAÇÕES:

a) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

b) Declaração atestando que a pessoa jurídica a ser contratada não emprega servidor público.

c) Declaração de cumprimento de reserva de cargos para pessoas com deficiência ou reabilitação da previdência social.

9. AMOSTRA / LAUDO TÉCNICO / PROVA DE CONCEITO

Não se aplica a essa contratação.

10. LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS OU REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS/ PRAZO DE ENTREGA OU PRAZO DE EXECUÇÃO

A prestação do serviço ocorrerá em dia, local e horário a ser definido. E contará com toda estrutura e demais responsabilidades de qualquer tipo de autorização, por conta da contratante – Prefeitura Municipal de Mariana.

11. GARANTIA DOS MATERIAIS OU SERVIÇOS

Não se aplica a essa contratação.

12. OBRIGAÇÕES DO LICITANTE VENCEDOR / CONTRATADO

12.1. Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pela fiscalização da Secretaria de Cultura Patrimonial, Turismo e Lazer.

12.2. Efetuar a prestação dos serviços em perfeitas condições, cumprindo rigorosamente as descrições contidas nesse Termo de Referência.

12.3. Atender prontamente às solicitações da CONTRATANTE.

12.4. Ficar à disposição da CONTRATANTE durante o período de execução do serviço. Ficarão por conta da CONTRATADA todos os impostos, taxas, seguros, transportes, materiais de higienização e demais custos necessários a completa disponibilização do objeto.

12.5. Executar fielmente este Termo de Referência, em conformidade com as cláusulas acordadas e normas estabelecidas na Lei n. 14.133/21 e suas alterações.

12.6. A Contratada é responsável pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto contratado, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

12.7. A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes

13. OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE MARIANA

13.1. Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas;

13.2. Promover o acompanhamento e fiscalização do objeto contratado, de forma que sejam mantidas as condições exigidas no Termo de Referência;

13.3. Avaliar a qualidade dos serviços prestados por ocasião pela CONTRATADA.

13.4. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos Nesse Termo de Referência;

13.5. Emitir Autorização de Fornecimento, devendo conter a identificação da Unidade Requisitante, a identificação da CONTRATADA, a especificação do item, quantidade, data, horário e endereço de prestação do serviço, que será expedida por qualquer meio de comunicação que possibilite a comprovação do respectivo recebimento por parte da CONTRATADA

13.6. Rejeitar o serviço no todo ou em parte, caso constate irregularidades com respeito à qualidade do mesmo, determinando que seja refeito, rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

13.7. Atestar, para fins de pagamento da franquia, os documentos da despesa, quando comprovado o fiel e correto cumprimento da prestação do serviço. Exercer a Fiscalização da contratação.

13.8. Reservar à fiscalização da Secretaria o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omisso ou duvidoso não previsto nesse Termo de Referência e em tudo o mais que se relacione com o Objeto dessa contratação, desde que não acarrete ônus para a CONTRATANTE.

14. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado pela Tesouraria do Município de Mariana no prazo de 30 (trinta) dias corridos da data do recebimento da (s) Nota (s). Fiscal (is) correspondentes ao fornecimento, acompanhada (s) de comprovação da manutenção das condições demonstradas para habilitação, à vista do respectivo Termo de Recebimento Definitivo do objeto.

14.1 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.2 CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

Não se aplica a essa contratação

15. FISCALIZAÇÃO

15.1 O Município de Mariana exercerá a fiscalização por meio do servidor designado, Calos Roberto da Silva CPF 088.567.866-48, plenamente capacitado para a função, tendo em vista sua experiência como fiscal de diversos contratos no âmbito desta Secretaria e o exercício de cargo de coordenação. Em caso de sinistro, caberá ao referido servidor entrar em contato com a empresa contratada para averiguar a ocorrência. Constatada qualquer irregularidade, serão aplicadas as sanções previstas neste Termo de Referência.

15.2 As exigências e a atuação da fiscalização pelo Município de MARIANA em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva da contratada, no que concerne à execução do objeto do contrato.

15.3 O acompanhamento e a fiscalização da execução contratual serão realizados de forma in loco pelo servidor designado, durante a realização do show, com o objetivo de verificar o fiel cumprimento das obrigações contratuais por parte da empresa contratada. A fiscalização abrangerá, dentre outros aspectos, a execução do serviço conforme as especificações técnicas, o cumprimento de normas de segurança, acessibilidade e meio ambiente, bem como a qualidade geral da prestação do serviço.

16. VIGÊNCIA DO CONTRATO / ARP

O contrato terá vigência de 90 dias.

17. GARANTIA CONTRATUAL

Não se aplica a essa contratação.

18. REAJUSTE/ REPACTUAÇÃO

Não se aplica a essa contratação.

19. SANÇÕES

19.1. Pela inexecução total ou parcial do Contrato ou por fraudar a execução deste, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a CONTRATADA as seguintes sanções, previstas nos termos do artigo 156, da Lei Federal 14.133/21:

19.1.1. ADVERTÊNCIA ESCRITA – comunicação formal quanto à conduta da CONTRATADA sobre o descumprimento de contratos e outras obrigações assumidas, e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção.

19.1.2. MULTA, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por centos) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 154 da Lei n. 14.133/21.

a) 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado, calculado sobre o valor correspondente a 01 (um) mês do Contrato, limitada sua aplicação até o máximo de 30 (trinta) dias, caso a CONTRATADA não inicie a prestação dos serviços no prazo e demais condições avençadas;

b) 01% (um por cento) calculado sobre o valor correspondente a 01 (um) mês do Contrato por ocorrência de descumprimento de obrigação contratual, até o máximo de 10% (dez por cento);

c) 02% (dois por cento) calculado sobre o valor correspondente a 01 (um) mês do Contrato por ocorrência de reincidente de descumprimento de obrigação contratual, até o máximo de 20% (vinte por cento);
Atingidos os valores máximos das multas a serem aplicadas e havendo nova ocorrência ou reincidência de descumprimento de obrigação contratual, poderá ser configurada inexecução do Contrato;

d) 05% (cinco por cento) calculado sobre o valor correspondente a 01 (um) mês do Contrato, no caso de inexecução parcial do objeto contratado;

e) 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total; ou na hipótese da CONTRATADA, injustificadamente, desistir do contrato ou der causa à sua rescisão;

19.2. SUSPENSÃO TEMPORÁRIA de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual, por prazo não superior a 03 (três) anos nos termos do inciso III, do artigo 155, §4° da Lei nº 14.133/21.

19.3. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação da CONTRATADA perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

19.4. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções, serão assegurados a CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

20. ASSINATURAS

Declaro que sou responsável pela elaboração do Termo de Referência, que corresponde à contratação do **CIRCO VOLANTE** para compor a programação do carnaval de Mariana 2026, para constar como anexo ao edital.

Mariana, 12 de janeiro de 2026.

Filipe Vieira Babsky
Coordenador de Contratos e Prestação de Contas
Responsável pela elaboração do Termo de Referência

Aprovo o presente Termo de Referência, bem como estou de acordo com todas as informações prestadas nas declarações e assinaturas acima.

Marcos Eduardo Batista
Secretário de Patrimônio Cultural e Turismo

PREFEITURA DE MARIANA
Secretaria de Cultura, Patrimônio Histórico, Turismo e Lazer

DECLARAÇÃO

Declaro, para devidos fins, que XINXIN E JUANETO ESPETÁCULOS EIRELI, inscrito no CNPJ sob o n. 06.202.354/0001-03 representante exclusivo do Circo Volante, preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária para contratação por inexigibilidade de licitação, em atendimento ao disposto no artigo 72, V, da Lei 14.133/2021.

Marcos Eduardo Batista
Secretário de Patrimônio Cultural e Turismo

JUSTIFICATIVA DE PREÇO

Para a contratação do Circo Volante, procedeu-se à análise do preço apresentado em orçamento, tomando como base os valores praticados pela empresa XINXIN E JUANETO ESPETÁCULOS EIRELI, detentora do contrato de exclusividade para intermediação e gestão dos shows do artista.

A verificação da razoabilidade e adequação do preço foi realizada por meio das notas fiscais, emitidas pela mencionada empresa, as quais se encontram dentro do prazo de validade e refletem o preço de mercado praticado para apresentações do Circo Volante. Tais notas fiscais constituem elementos idôneos para a composição do valor a ser contratado, uma vez que correspondem a eventos recentes e asseguram a transparência e a lisura do processo de aquisição do serviço.

Considerando que a empresa XINXIN E JUANETO ESPETÁCULOS EIRELI é a única responsável pela comercialização e intermediação dos shows do artista em questão, resta demonstrada a inexigibilidade de licitação, nos termos do artigo 74, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que a contratação de profissional do setor artístico pode ocorrer diretamente, desde que o artista seja consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

Portanto, a contratação do show do Circo Volante encontra-se devidamente fundamentada e amparada nos princípios da economicidade, razoabilidade e legalidade, garantindo a conformidade com a legislação vigente.

Marcos Eduardo Batista
Secretário de Patrimônio Cultural, Turismo e Lazer

ORÇAMENTO – CIRCOVOLANTE

Espetáculo: CORTEJO SAMBA NO PÉ DE MOLEQUE

Impostos – R$2.200,00

Equipamentos – R$4.000,00

8 músicos – R$12.800,00

Produção – R$4.000,00

Técnico som – R$2.000,00

2 cantores – R$6.100,00

3 contrarregras – R$900,00

TOTAL – R$32.000,00

circovolante

Endereço: Rua Cônego Braga, n°73, São José Mariana/MG
E-mail:producao@circovolante.com.br Redes sociais: @circovolante

CONFERE COM ORIGINAL

DECLARAÇÃO DE EXCLUSIVIDADE

Eu **João Batista Pinheiro Neto,** brasileiro, Palhaço, inscrito no CPF sob o nº 762.634.106-63, portador da cédula de identidade MG- 6.975.721, residente e domiciliado na Rua Prefeito João Sampaio, nº 118A, Bairro São Gonçalo, na cidade de Mariana/MG, CEP: 35420126.

Proprietário do Circovolante **concede** plenos poderes de representação dos seus interesses artísticos em esfera pública e privada à pessoa jurídica denominada Xinxin & Juaneto Espetáculos LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 06.202.354/0001-03, estabelecida na Rua Cônego Braga, nº 73, Bairro São José, na cidade Mariana/MG, CEP: 35426-072, sendo a mesma plenamente habilitada à firmar contratos, dar quitação, e realizar todos os demais atos necessários a garantir e resguardar os interesses do artista supracitado, adquirindo direitos e contraindo deveres em caráter de **EXCLUSIVIDADE**, em todo o território nacional, perante as esferas pública e privada por tempo indeterminado, somente podendo esta ser revogada através de manifestação formal do artista outorgante.

Declaro, também, que a pessoa jurídica é a responsável exclusiva pela produção e venda do espetáculo SAMBA-NO-PÉ-DE-MOLEQUE.

Por ser verdade e de livre e espontânea vontade firmo o presente documento;

Mariana, MG – 07 de janeiro de 2026.

circovolante

João Batista Pinheiro Neto

João Batista Pinheiro Neto

CONFERE COM ORIGINAL

A,

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA/MG.

DECLARAÇÃO DE MENOR

A empresa **XINXIN & JUANETO ESPETÁCULOS LTDA**, sociedade empresarial de direito privado, inscrita junto ao CNPJ sob o n° 06.202.354/0001-03, que gira sob o nome de fantasia de **CIRCOVOLANTE**, com endereço na Rua Cônego Braga, n°73, Bairro: São José, CEP: 35426-072 - Mariana/MG, por intermédio de seu representante legal **Sr. João Batista Pinheiro Neto**, brasileiro, casado, ator, portador do CPF n° 762.634.106-63 e do RG n° MG-6.975.721. **Declara**, para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei no 14.133, de 01 de abril de 2021, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7° da Constituição Federal.

Outrossim, declara ainda ser conhecedora de que a violação, a qualquer tempo, do dispositivo legal mencionado, implica na rescisão de futuro contrato administrativo a ser celebrado, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

Mariana, MG – 24 de junho de 2025.

circovolante

João Batista Pinheiro Neto

João Batista Pinheiro Neto

CONFERE COM ORIGINAL

A,
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA/MG.

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE SERVIDOR PÚBLICO

A empresa **XINXIN & JUANETO ESPETÁCULOS LTDA**, sociedade empresarial de direito privado, inscrita junto ao CNPJ sob o n° 06.202.354/0001-03, que gira sob o nome de fantasia de **CIRCOVOLANTE**, com endereço na Rua Cônego Braga, n°73, Bairro: São José, CEP: 35426-072 - Mariana/MG, por intermédio de seu representante legal **Sr. João Batista Pinheiro Neto**, brasileiro, casado, ator, portador do CPF n° 762.634.106-63 e do RG n° MG-6.975.721. **Declara**, para fins de fato e de direito que inexistem no quadro da empresa supracitada e no corpo técnico dos artistas que integram a sua banda de apoio pessoas ocupantes de qualquer espécie de cargo público no quadro de servidores da Prefeitura de Mariana-MG, garantindo desde forma o zelo pelas vedações expressas na Lei 14.133 de 01 de abril de 2021.

Outrossim, declara ainda ser conhecedora de que a violação, a qualquer tempo, do dispositivo legal mencionado, implica na rescisão de futuro contrato administrativo a ser celebrado, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

Mariana, MG – 12 de janeiro de 2026.

circovolante

João Batista Pinheiro Neto

CONFERE COM ORIGINAL

A,
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA/MG.

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO ART. 116, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

A empresa **XINXIN & JUANETO ESPETÁCULOS LTDA**, sociedade empresarial de direito privado, inscrita junto ao CNPJ sob o n° 06.202.354/0001-03, que gira sob o nome de fantasia de **CIRCOVOLANTE**, com endereço na Rua Cônego Braga, n°73, Bairro: São José, CEP: 35426-072 - Mariana/MG, por intermédio de seu representante legal **Sr. João Batista Pinheiro Neto**, brasileiro, casado, ator, portador do CPF n° 762.634.106-63 e do RG n° MG-6.975.721. **Declara**, para fins do disposto no art. 116 da Lei Federal nº 14.133/2021, que durante a execução do contrato cumprirá a reserva de vagas prevista na lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de vagas previstas em outras normas específicas.

Outrossim, declara ainda ser conhecedora de que a violação, a qualquer tempo, do dispositivo legal mencionado, implica na rescisão de futuro contrato administrativo a ser celebrado, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

Mariana, MG – 07 de janeiro de 2026.

circovolante

João Batista Pinheiro Neto

João Batista Pinheiro Neto

CONFERE COM ORIGINAL

SERVCON – SERVIÇOS CONTABEIS
Rua Bom Jesus, nº 564 – Bairro: Barro Preto – Mariana – MG – Tel.: (31) 3557-4142

ATO DE TRANSFORMAÇÃO EM EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

XISTO JOSE PINTO COSTA, brasileiro, empresário, solteiro, nascido em 06.07.1970, portador do CPF: 007.401.756-02 e C.I. MG-6.246.644 SSPMG , residente e domiciliado a Rua Monsenhor Raimundo Trindade nº32 Bairro São José, cidade de Mariana- MG CEP:35.420.000.
JOAO BATISTA PINHEIRO NETO, brasileiro, casada sob regime de comunhão parcial de bens, empresária, nascido em 24.03.1970, portador do CPF:762.634.106-63, C.I- MG-6.975.721 SSPMG, residente e domiciliado a Rua Conego Braga nº 32, bairro São José , na cidade de Mariana-MG,CEP:35.420.000.
Todos os sócios representados por seu procurador Walter de Paula, brasileiro, solteiro, nascido em 13.12.1965, contador, com escritório a Rua Bom Jesus nº564, Bairro Barro Preto, cidade de Mariana-MG, portador Identificação CRC/MG 062700, CPF:570.897.366-87.

Únicos sócios da Empresa **XINXIN & JUANETO LTDA**- -CNPJ: 06.202.354/0001-03 com registro na JUCEMG sob NIRE 3121025440-3 em comum acordo e na melhor forma de direito procederem a alteração de seus atos constitutivos com a Transformação da Sociedade Empresaria Limitada em **EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA- EIRELI**, a qual regerá doravante pelo presente ato constitutivo conforme disposições da LEI 10.406/2002, do Novo Código Civil Brasileiro, pela legislação especifica que disciplinam essa forma societária conforme itens abaixo:

1- Neste ato o sócio XISTO JOSE PINTO COSTA transfere total do seu capital para o sócio JOAO BATISTA PINHEIRO NETO.

2- A Empresa que tem sua razão social XINXIN & JUANETO LTDA-, passa desde já alterar sua razão social **XINXIN & JUANETO ESPETACULOS EIRELI** , tendo nome fantasia **CIRCO VOLANTE**

3- A Empresa que tem seu capital social o valor de R$10.000,00 (Dez Mil Reais) desde já passa a ser o valor de R$100.000,00 (Cem Mil Reais), sendo o aumento totalmente integralizado em moeda corrente do país neste ato.

JOAO BATISTA PINHEIRO NETO	R$100.000,00

CLÁUSULA PRIMEIRA - A EMPRESA ADOTARÁ O NOME EMPRESARIAL DE **XINXIN E JUANETO ESPETACULOS EIRELI.**

CLÁUSULA SEGUNDA - O OBJETO SERÁ PROMOCAO DE SHOWS E ESPETACULOS PUBLICOS E PRIVADOS.
CLÁUSULA TERCEIRA - A SEDE DA EMPRESA É NA RUA CONEGO BRAGA, NÚMERO 73, BAIRRO / DISTRITO SAO JOSE, MUNICÍPIO MARIANA - MG, CEP 35.420-000.

CLÁUSULA QUARTA - A EMPRESA INICIOU SUAS ATIVIDADES EM 19/04/2004 E SEU PRAZO DE DURAÇÃO É
INDETERMINADO.

CONFERE COM ORIGINAL

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 31600798572 em 18/07/2019 da Empresa XINXIN E JUANETO ESPETACULOS EIRELI, Nire 31600798572 e protocolo 192856413 - 03/07/2019. Autenticação: D5B8B5843766762EF268FEEFF47874AA54C7B2D. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 19/285.641-3 e o código de segurança 0TCB Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/07/2019 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

CLÁUSULA QUINTA - O CAPITAL É R$ 100.000,00 (CEM MIL REAIS), TOTALMENTE INTEGRALIZADO NESTE ATO EM MOEDA CORRENTE DO PAÍS.
JOAO BATISTA PINHEIRO NETO R$100.000,00

CLÁUSULA SEXTA - A ADMINISTRAÇÃO DA EMPRESA CABERÁ AO SEU TITULAR JÁ QUALIFICADO ACIMA, COM OS PODERES E ATRIBUIÇÕES DE REPRESENTAÇÃO ATIVA E PASSIVA, JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL, PODENDO PRATICAR TODOS OS ATOS COMPREENDIDOS NO OBJETO.

CLÁUSULA SÉTIMA - AO TÉRMINO DE CADA EXERCÍCIO SOCIAL, EM 31 DE DEZEMBRO, PROCEDER-SE-Á A ELABORAÇÃO DO INVENTÁRIO, DO BALANÇO PATRIMONIAL E DO BALANÇO DE RESULTADO ECONÔMICO.

CLÁUSULA OITAVA - O(S) SIGNATÁRIO(S) DO PRESENTE ATO DECLARA(M) QUE O MOVIMENTO DA RECEITA BRUTA ANUAL DA EMPRESA NÃO EXCEDERÁ O LIMITE FIXADO NO INCISO I DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, E QUE NÃO SE ENQUADRA(M) EM QUALQUER DAS HIPÓTESES DE EXCLUSÃO RELACIONADAS NO § 4º DO ART. 3º DA MENCIONADA LEI.

CLÁUSULA NONA - A EMPRESA PODERÁ A QUALQUER TEMPO, ABRIR OU FECHAR FILIAL OU OUTRA DEPENDÊNCIA, MEDIANTE ATO DE ALTERAÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO.

CLÁUSULA DÉCIMA - O TITULAR DA EMPRESA DECLARA, SOB AS PENAS DA LEI, DE QUE NÃO ESTÁ IMPEDIDO DE EXERCER A ADMINISTRAÇÃO DA EMPRESA, POR LEI ESPECIAL, OU EM VIRTUDE DE CONDENAÇÃO CRIMINAL, OU POR SE ENCONTRAR SOB OS EFEITOS DELA, A PENA QUE VEDE, AINDA QUE TEMPORARIAMENTE, O ACESSO A CARGOS PÚBLICOS; OU POR CRIME FALIMENTAR, DE PREVARICAÇÃO, PEITA OU SUBORNO, CONCUSSÃO, PECULATO, OU CONTRA A ECONOMIA POPULAR, CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL, CONTRA NORMAS DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA, CONTRA AS RELAÇÕES DE CONSUMO, FÉ PÚBLICA, OU A PROPRIEDADE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O TITULAR DA EMPRESA DECLARA, SOB AS PENAS DA LEI, QUE NÃO FIGURA COMO TITULAR DE NENHUMA OUTRA EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - FICA ELEITO O FORO DE MARIANA - MG PARA O EXERCÍCIO E O CUMPRIMENTO DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES RESULTANTES DESTE INSTRUMENTO.

MARIANA - MG, 2 de Julho de 2019.

XISTO JOSE PINTO COSTA- procurador Walter de Paula

JOAO BATISTA PINHEIRO NETO – procurador Walter de Paula

CONFERE COM ORIGINAL

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 31600798572 em 18/07/2019 da Empresa XINXIN E JUANETO ESPETACULOS EIRELI, Nire 31600798572 e protocolo 192856413 - 03/07/2019. Autenticação: D5B8B5843766762EF268FEEFF47874AA54C7B2D. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 19/285.641-3 e o código de segurança 0TCB Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/07/2019 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

ATO 315

ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA

Empresário ☐

Empresa Individual de Responsabilidade Ltda ■

Sociedade Empresária ☐

Ilm° Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

O titular **JOAO BATISTA PINHEIRO NETO**. Representado por seu procurador Walter de Paula, brasileiro, solteiro, nascido em 13.12.1965, contador, com escritório a Rua Bom Jesus n° 564, Bairro Barro Preto, cidade de Mariana-MG, portador Identificação CRC/MG 062700, CPF:570.897.366-87.

da empresa **XINXIN E JUANETO ESPETACULOS EIRELI** com sede à RUA CONEGO BRAGA, número 73, bairro SAO JOSE, na cidade de MARIANA - Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 06.202.354/0001-03 - vem declarar que:

a) Adotará o nome empresarial de **XINXIN E JUANETO ESPETACULOS EIRELI**

no exercício anterior não excedeu

b) O movimento da receita bruta anual da empresa

não excederá ■

ao limite fixado no inciso I do art. 3° da Lei Complementar n° 123 de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4° do art. 3° da mencionada lei.

Local e data: **MARIANA - MG - 02/07/2019**

Assinatura:
JOAO BATISTA PINHEIRO NETO - procurador Walter de Paula

CONFERE COM ORIGINAL

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 31600798572 em 18/07/2019 da Empresa XINXIN E JUANETO ESPETACULOS EIRELI, Nire 31600798572 e protocolo 192856413 - 03/07/2019. Autenticação: D5B8B5843766762EF268FEEFF47874AA54C7B2D. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 19/285.641-3 e o código de segurança 0TCB Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/07/2019 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

SERVIÇO NOTARIAL DA COMARCA DE MARIANA
ESTADO DE MINAS GERAIS - FURQUIM
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
VIVIANE MICHELI GREGÓRIO
RUA PROF. ANTONIO MARCOS PINHEIRO, 101, FURQUIM-MARIANA-MG
TEL-031-3556-3055

PROCURAÇÃO

Livro: 03
Folhas: 42

PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ, XISTO JOSÉ PINTO COSTA e JOÃO BATISTA PINHEIRO NETO, na forma abaixo:

SAIBAM os que este público instrumento de Procuração virem que, no ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de dois mil e dezenove (2019), aos (19) dezenove dias do mês de junho, neste distrito de Furquim, Comarca de Mariana, Estado de Minas Gerais, em meu Cartório, perante mim, Oficiala de Notas, compareceu como outorgante **XISTO JOSÉ PINTO COSTA**, brasileiro, empresário, solteiro, nascido em 06/07/1970, portador da carteira de identidade MG- 6.246.644, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF 007.401.756-02, residente e domiciliado na Rua Monsenhor Raimundo Trindade nº32 Bairro São José, cidade de Mariana- MG CEP:35.420.000, email: waltinho@uai.com.br; **JOAO BATISTA PINHEIRO NETO**, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, empresário, nascido em 24/03/1970, portador da carteira de identidade MG-6.975.721, expedido pela SSPMG, inscrito no CPF/MF:762.634.106-63, residente e domiciliado a Rua Conego Braga nº 32, bairro São José , na cidade de Mariana-MG,CEP:35.420.00 email: waltinho@uai.com.br reconhecida por mim, Oficiala de Notas do que dou fé; e por aquele me foi dito que por este público instrumento nomeia e constitui seu bastante procurador, o Sr. **WALTER DE PAULA,** brasileiro, contador, nascido em 13/12/1965, portador CRC/MG 062700, inscrito no CPF/MF 570.897.366-87, com escritório na Rua Bom Jesus, nº 564, Bairro Barro Preto, Mariana/MG; CEP 35420-000; e-mail: waltinho@uai.com.br; denominado neste ato como OUTORGADO; a quem **concede poderes específicos** para assinar requerimentos/capa de processo e ato de alteração, abertura de filiais, balanço patrimonial, demonstração de resultado do exercício, termo de abertura e de encerramento, livros diário/razão digital, indicar as alterações deliberadas no ato: nome empresarial, transformação de

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 31600798572 em 18/07/2019 da Empresa XINXIN E JUANETO ESPETACULOS EIRELI, Nire 31600798572 e protocolo 192856413 - 03/07/2019. Autenticação: D5B8B5843766762EF268FEEFF47874AA54C7B2D. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 19/285.641-3 e o código de segurança 0TCB Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/07/2019 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.
CONFERE COM O ORIGINAL

natureza jurídica Sociedade Empresaria Limitada para Eireli, ou para outro tipo jurídico, conversão de sociedade civil, alteração (objeto social, nome empresarial, capital, alteração de atividade principal e secundárias, alteração de nome fantasia, alteração de sócios (entrada, saída responsável perante CNPJ), transferência de cessão/aquisição de quotas, de registro de cartório para Jucemg, endereço da sede e filiais, administração, quadro societário, nome de fantasia, reativação de registro, enquadramento, desenquadramento de Me ou EPP, extinção ou baixa de filial, assinar a declaração do art. 1011da Lei 10.406/2002 e demais documentos necessário a instrução do ato empresarial, praticados com o uso de certificado digital, a serem apresentados para arquivamento perante a Junta Comercial do estado de Minas Gerais – JUCEMG. Podendo ainda o outorgado assinar documentos e requerimentos necessários á instrução do ato respectivo vedado o substabelecimento a terceiros dos poderes ora conferidos, enfim, praticar todos os atos que se fizerem necessários ao completo e fiel desempenho do presente, que tudo dará por firme e valioso. ASSIM o disse do que dou fé, e me pediu este instrumento de Procuração, que lido e achado conforme vai devidamente assinado. Assina **XISTO JOSÉ PINTO COSTA; JOAO BATISTA PINHEIRO NETO.** Eu, VIVIANE MICHELI GREGÓRIO, Oficiala tabeliã, que o trasladei, conferi, dou fé e assino em público e raso

PODER JUDICIARIO - TJMG
CORREGEDORIA -GERAL DE JUSTIÇA
Cartório de Registro Civil e Notas

Selo Digital: BSR56545
Código de Segurança: 1010.5438.9586.7520

Cod. e Quantidade do(s) ato(s) Praticado(s)
1 (1437), 2 (8101)
Emol.: R$45,21 + Tx judic: R$14,22 = Total: R$59,43
Consulte a validade deste selo no site: https://selos.tjmg.jus.br/

CONFERE COM ORIGINAL

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 31600798572 em 18/07/2019 da Empresa XINXIN E JUANETO ESPETACULOS EIRELI, Nire 31600798572 e protocolo 192856413 - 03/07/2019. Autenticação: D5B8B5843766762EF268FEEFF47874AA54C7B2D. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 19/285.641-3 e o código de segurança 0TCB Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/07/2019 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DO(S) DOCUMENTO(S) ANEXO(S)
REGISTRO DIGITAL

Eu, WALTER DE PAULA, BRASILEIRA, SOLTEIRO, CONTADOR, DATA DE NASCIMENTO 13/12/1965, RG Nº 062700 CRC-MG, CPF 570.897.366-87, RUA BOM JESUS, Nº 564, BAIRRO BARRO PRETO, CEP 35420-000, MARIANA - MG, DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, que os documentos apresentados digitalizados ao presente protocolo de registro digital na Junta Comercial, sem possibilidade de validação digital, SÃO VERDADEIROS E CONFEREM COM OS RESPECTIVOS ORIGINAIS.

Mariana, 10 de Julho de 2019.

WALTER DE PAULA
Assinado digitalmente por certificação A3

CONFERE COM ORIGINAL

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 31600798572 em 18/07/2019 da Empresa XINXIN E JUANETO ESPETACULOS EIRELI, Nire 31600798572 e protocolo 192856413 - 03/07/2019. Autenticação: D5B8B5843766762EF268FEEFF47874AA54C7B2D. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 19/285.641-3 e o código de segurança 0TCB Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/07/2019 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa XINXIN E JUANETO ESPETACULOS EIRELI, de nire 3160079857-2 e protocolado sob o número 19/285.641-3 em 03/07/2019, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 31600798572, em 18/07/2019. O ato foi deferido digitalmente pelo examinador Weveling Paulino Rodrigues de Aguiar.

Assina o registro, mediante certificado digital, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
570.897.366-87	WALTER DE PAULA

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
570.897.366-87	WALTER DE PAULA

Anexo

Assinante(s)	
CPF	Nome
570.897.366-87	WALTER DE PAULA

Anexo

Assinante(s)	
CPF	Nome
570.897.366-87	WALTER DE PAULA

Declaração Documento(s) Anexo(s)

Assinante(s)	
CPF	Nome
570.897.366-87	WALTER DE PAULA

Belo Horizonte. Quinta-feira, 18 de Julho de 2019

Marinely de Paula Bomfim: 87363895600

CONFERE COM ORIGINAL

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 31600798572 em 18/07/2019 da Empresa XINXIN E JUANETO ESPETACULOS EIRELI, Nire 31600798572 e protocolo 192856413 - 03/07/2019. Autenticação: D5B8B5843766762EF268FEEFF47874AA54C7B2D. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 19/285.641-3 e o código de segurança 0TCB Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/07/2019 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
06.202.354/0001-03 **MATRIZ**		**19/04/2004**

NOME EMPRESARIAL
XINXIN E JUANETO ESPETACULOS LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
CIRCOVOLANTE	**ME**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
90.01-9-04 - Produção de espetáculos circenses, de marionetes e similares

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
74.90-1-04 - Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários
77.39-0-03 - Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes
82.99-7-05 - Serviços de levantamento de fundos sob contrato
82.99-7-99 - Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente
90.01-9-99 - Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificadas anteriormente
90.03-5-00 - Gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R CONEGO BRAGA	**73**	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
35.426-072	**SAO JOSE**	**MARIANA**	**MG**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
CIRCOTODOS@GMAIL.COM	**(31) 9356-6894**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**19/04/2004**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **09/12/2025** às **14:04:00** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

CONFERE COM ORIGINAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

2 e 1 NOME E SOBRENOME
JOAO BATISTA PINHEIRO NETO

1ª HABILITAÇÃO
21/01/2004

3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO
24/03/1970 MALACACHETA/MG

4a DATA EMISSÃO
17/11/2023

4b VALIDADE
14/11/2028

ACC

D

4c DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
MG6975721 SSP MG

4d CPF
762.634.106-63

5 Nº REGISTRO
03189335345

9 CAT. HAB
AB

NACIONALIDADE
BRASILEIRO

FILIAÇÃO
JOSE MARIA CANDIDO PINHEIRO

MARIA JOSE PINHEIRO

27024700377

ASSINATURA DO PORTADOR

9	10	11	12
ACC			
A		14/11/2028	
A1			
B		14/11/2028	
B1			
C			
C1			

9	10	11	12
D			
D1			
BE			
CE			
C1E			
DE			
D1E			

12 OBSERVAÇÕES

LUCAS VILAS BOAS PACHECO
CHEFE DE TRÂNSITO

ASSINATURA DO EMISSOR

06535157876
MG651379970

LOCAL
MARIANA, MG

MINAS GERAIS

SENATRAN CONTRAN

27024700377

CONFERE COM ORIGINAL

034

Data: 26/06/2025 14h53min

Número	Validade
8012	31/03/2026

Estado de Minas Gerais
MUNICÍPIO DE MARIANA
Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Governança
(31) 3557-9079

Alvará de Localização e Funcionamento

Concedido à

XINXIN E JUANETO ESPETACULOS EIRELI CNPJ: 06.202.354/0001-03

Nome fantasia

CIRCOVOLANTE

Para estabelecer na

Rua CONEGO BRAGA, 73 - Bairro SAO JOSE - CEP: 35426072

Objeto Social

EXPLORAÇÃO NO RAMO DE ATIVIDADES EM PROMOÇÃO DE SHOWS E ESPETACULOS PUBLICOS E PRIVADOS,

Atividades

Produção de espetáculos circenses, de marionetes e similares
Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes
Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários
Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificados anteriormente
Gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas
Serviços de levantamento de fundos sob contrato
Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente

Horário de funcionamento

Horario comercial -

Econômico	Início da atividade	Código de controle	Aviso
2162	19/04/2004	CW3GJX54HX6MLXM0	

Condicionante(s)

Descrição	Opção
Condicionantes 3 - Condição 5 - Meio Ambiente	
Condicionantes 1 - Condicionado a Lei 228/22 -Plano Di	
Condicionantes 2 - Condição 2 - Vigilancia Sanitária	

CONFERE COM ORIGINAL

A validade do documento pode ser consultada no site da prefeitura por meio do código de controle informado.

Mariana (MG), 26 de Junho de 2025

Dados bancários ▪ Xinxin e Juaneto Banco do Brasil	Ag: 2279-9 Cc: 20550-8

CONFERE COM ORIGINAL



CONFERE COM ORIGINAL

037

Data: 11/11/2025 13h06min

Número 17931 | Validade 09/02/2026

Estado de Minas Gerais
MUNICÍPIO DE MARIANA
Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Governança
(31) 3557-9079

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Nome / Razão Social

XINXIN E JUANETO ESPETACULOS EIRELI CNPJ: 06202354000103

Aviso

Sem débitos pendentes até a presente data.

Comprovação Junto à | Finalidade

Mensagem

Certificamos que até a presente data não constam débitos tributários relativos à inscrição abaixo caracterizada.

A Fazenda Municipal se reserva o direito de cobrar débitos que venham a ser constatados, mesmo se referentes a períodos compreendidos nesta certidão.

Código de Controle

CWYHN9CHZ14PEGM1

A validade do documento pode ser consultada no site da prefeitura por meio do código de controle informado.
https://www.mariana.mg.gov.br/

Mariana (MG), 11 de Novembro de 2025

CONFERE COM ORIGINAL

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS

CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS **Negativa**	CERTIDÃO EMITIDA EM: 11/11/2025
	CERTIDÃO VALIDA ATÉ: 09/02/2026

NOME: XINXIN E JUANETO ESPETACULOS EIRELI		
CNPJ/CPF: 06.202.354/0001-03		
LOGRADOURO: RUA CONEGO BRAGA		NÚMERO: 73
MPLEMENTO:	BAIRRO: SAO JOSE	CEP: 35426072
DISTRITO/POVOADO:	MUNICÍPIO: MARIANA	UF: MG

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DO PTA	DESCRIÇÃO

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada através de aplicativo disponibilizado pela Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, na internet: http://www.fazenda.mg.gov.br => Empresas => Certificação da Autenticidade de Documentos.

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO:2025000935332390

CONFERE COM ORIGINAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: XINXIN E JUANETO ESPETACULOS LTDA
CNPJ: 06.202.354/0001-03

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 13:41:20 do dia 13/11/2025 <hora e data de Brasília>.
Válida até 12/05/2026.
Código de controle da certidão: **C23D.E46B.A411.6805**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

CONFERE COM ORIGINAL

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: XINXIN E JUANETO ESPETACULOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 06.202.354/0001-03
Certidão nº: 14947187/2025
Expedição: 13/03/2025, às 16:34:57
Validade: 09/09/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **XINXIN E JUANETO ESPETACULOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **06.202.354/0001-03, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

CONFERE COM ORIGINAL

Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

MARIANA

CERTIDÃO CÍVEL DE FALÊNCIA E CONCORDATA NEGATIVA

CERTIFICO que, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA CÍVEL nesta comarca, até a presente data, nas ações específicas de Concordata Preventiva / Suspensiva, Falência de Empresários, Sociedades Empresáriais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, Recuperação Extrajudicial, Recuperação Judicial, NADA CONSTA em tramitação contra:

Nome: XINXIN & JUANETO ESPETÁCULOS LTDA
CNPJ: 06.202.354/0001-03

Observações:

a) Certidão expedida gratuitamente através da internet, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça;

b) a informação do número do CPF/CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, sendo pesquisados o nome e o CPF/CNPJ exatamente como digitados;

c) ao destinatário cabe conferir o nome e a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, podendo confirmar a autenticidade da Certidão no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (http://www.tjmg.jus.br), pelo prazo de 3 (três) meses após a sua expedição;

d) esta Certidão inclui os processos físicos e eletrônicos, onde houver sido implantado o Processo Judicial Eletrônico - PJe, o eproc, o Sistema CNJ (Ex-Projudi) e o SEEU - Sistema Eletrônico de Execução Unificada, tendo a mesma validade da certidão emitida diretamente no Fórum e abrange os processos da Justiça Comum, do Juizado Especial e da Turma Recursal apenas da comarca pesquisada, com exceção do SEEU, cujo sistema unificado abrange todas as comarcas do Estado;

e) A presente certidão não faz referência a período de anos, uma vez que somente se refere à existência de feitos judicias em andamento (processos ativos) contra o nome pesquisado, conforme Provimento 355/2018 da Corregedoria Geral de Justiça.

A presente certidão NÃO EXCLUI a possibilidade da existência de outras ações de natureza diversa daquelas aqui mencionadas.

Certidão solicitada em 11 de Novembro de 2025 às 15:05

MARIANA, 11 de Novembro de 2025 às 15:06

CONFERE COM ORIGINAL

Código de Autenticação: 2511-1115-0602-0641-2164

Para validar esta certidão, acesse o sítio do TJMG (www.tjmg.jus.br) em Certidão Judicial/AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO /AUTENTICAÇÃO 2 informando o código.

ATENÇÃO: Documento composto de 1 folhas(s). Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Voltar Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 06.202.354/0001-03
Razão Social: XINXIN E JUANETO ESPETACULOS LTDA
Endereço: R CONEGO BRAGA 73 / SAO JOSE / MARIANA / MG / 35426-072

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:20/12/2025 a 18/01/2026

Certificação Número: 2025122004011285362545

Informação obtida em 05/01/2026 16:06:36

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

CONFERE COM ORIGINAL

MUNICIPIO DE MARIANA

Municipio de Mariana

Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e

Número do RPS	Número da nota
	202400000000022

Data da emissão da nota: 06/12/2024 14:12:09

Data do fato gerador: 06/12/2024 14:12:09

Código de verificação: ZEPJAECY8

PRESTADOR DE SERVIÇOS

Nome fantasia: CIRCOVOLANTE

Nome/Razão social: XINXIN E JUANETO ESPETACULOS EIRELI

Inscrição estadual:

CPF/CNPJ: 06.202.354/0001-03 Inscrição municipal: 2162

Telefone: (31) 3557-4378

Endereço: R CONEGO BRAGA Número: 73 Bairro: SAO JOSE CEP: 34526-072

Complemento:

Município: Mariana UF: MG

E-mail: producao@circovolante.com.br Site:

TOMADOR DE SERVIÇOS

Nome fantasia:

Nome/Razão social: AGENCIA DE DESENVOLV. ECON. E SOCIAL INCONF. E ALTO PARAOPEB

CPF/CNPJ: 05.685.572/0004-18 Inscrição municipal: 10275 Inscrição estadual:

Endereço: ANTONIO OLINTO Número: 123 Bairro: SAO GONCALO CEP: 35420-156

Complemento: A

Município: Mariana UF: MG

E-mail: TAMIRES.MORAIS@ADESITA.ORG.BR Telefone: (31) 3563-1958 Celular: (00) 00000-0000

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

	Valor unitário	Qtd	Valor do serviço	Base de cálculo	(%)	ISS
Apresentações para Natal de Luzes de Mariana - MG. Apresentação de abertura Xinxin e Juaneto Espetáculos Eireli (no valor de 3.000,00) no dia 19 de novembro de 2024 e espetáculo Bestetú Circovolante (no valor de 8.000,00) no dia 23 de novembro, ambas apresentações aconteceram na Praça Gomes Freire. Totalizando onze mil reais (11.000,00).	11.000,0000	1,0000	11.000,0000	11.000,00	x1,93 =	212,30

Conta Ag: 2279-9
Cc: 20550-8

Forma de Pagamento

Parcela	Vencimento	Tipo	Valor (R$)	Parcela	Vencimento	Tipo	Valor (R$)	Parcela	Vencimento	Tipo	Valor (R$)
1		À vista	11.000,00								

RETENÇÕES FEDERAIS

PIS/PASEP	COFINS	INSS	IR	CSLL	Outras retenções
R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00

Valor bruto = R$ 11.000,00 | **Valor líquido = R$ 11.000,00**

Códigos dos serviços:

12.03 - Espetáculos circenses.

Desc. condicionado(R$)	Desc. incondicionado(R$)	Deduções(R$)	Base de cálculo(R$)	Valor ISS(R$)
0,00	0,00	0,00	11.000,00	212,30

TRIBUTAÇÃO DO ISSQN

Natureza da operação: Tributação no município

Situação tributária do ISSQN: Normal

Local da prestação do serviço: Mariana

CONFERE COM ORIGINAL

OUTRAS INFORMAÇÕES

Esta NFS-e foi emitida de acordo com o Decreto 6669 de 22 de fevereiro de 2013. CONSULTAR A AUTENTICIDADE ACESSE: https://e-gov.betha.com.br/e-nota/verificar_autenticidade.faces

Prestador de serviços optante pelo Simples Nacional. Alíquota do ISS 1.93%

Situação desta NFS-e: Normal

Documento emitido por ME ou EPP optante pelo simples Nacional.

Valor aproximado do tributo federal - R$ 1.479,50 (13,45%), estadual - R$ 0,00 (0,00%), municipal - R$ 312,40 (2,84%) , com base na Lei 12.741/2012 e no Decreto 8.264/2014 - Fonte: IBPT

Verificar autenticidade

Esta nota fiscal não foi assinada digitalmente.

MUNICIPIO DE MARIANA

Municipio de Mariana

Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e

Número do RPS	Número da nota
	202400000000005

Data da emissão da nota: 08/05/2024 13:29:08

Data do fato gerador: 08/05/2024 13:29:08

Código de verificação: YVYW1BNRE

PRESTADOR DE SERVIÇOS

Nome fantasia: CIRCOVOLANTE

Nome/Razão social: XINXIN E JUANETO ESPETACULOS EIRELI

Inscrição estadual:

CPF/CNPJ: 06.202.354/0001-03 Inscrição municipal: 2162

Telefone: (31) 3557-4378

Endereço: R CONEGO BRAGA Número: 73 Bairro: SAO JOSE CEP: 34520-000

Complemento:

Município: Mariana UF: MG

E-mail: producao@circovolante.com.br Site:

TOMADOR DE SERVIÇOS

Nome fantasia:

Nome/Razão social: Associação Livre de Cultura e Esport - ALCE

CPF/CNPJ: 28.308.478/0001-00 Inscrição municipal: Inscrição estadual: isenta

Endereço: Principal Número: 57 Bairro: Distrito de Acuruí CEP: 35458-000

Complemento:

Município: Itabirito UF: MG

E-mail: carlos@alvo.cnt.br Telefone: Celular:

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

	Valor unitário	Qtd	Valor do serviço	Base de cálculo (%)	ISS
Apresentação artística de Grupo Teatral CIRCOVOLANTE para o projeto "Festival da Vida" (PRONAC: 222123). Lei Federal de Incentivo à Cultura	8.000,0000	1,0000	8.000,0000	8.000,00x2,15 =	172,00

Forma de Pagamento

Parcela	Vencimento	Tipo	Valor (R$)	Parcela	Vencimento	Tipo	Valor (R$)	Parcela	Vencimento	Tipo	Valor (R$)
1		À vista	8.000,00								

RETENÇÕES FEDERAIS

PIS/PASEP	COFINS	INSS	IR	CSLL	Outras retenções
R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00

Valor bruto = R$ 8.000,00 | **Valor líquido = R$ 8.000,00**

Códigos dos serviços:

12.03 - Espetáculos circenses.

Desc. condicionado(R$)	Desc. incondicionado(R$)	Deduções(R$)	Base de cálculo(R$)	Valor ISS(R$)
0,00	0,00	0,00	8.000,00	172,00

TRIBUTAÇÃO DO ISSQN

Natureza da operação: Tributação no município

Situação tributária do ISSQN: Normal

Local da prestação do serviço: Mariana

OUTRAS INFORMAÇÕES

Esta NFS-e foi emitida de acordo com o Decreto 6669 de 22 de fevereiro de 2013. CONSULTAR A AUTENTICIDADE ACESSE: https://e-gov.betha.com.br/e-nota/verificar_autenticidade.faces

Prestador de serviços optante pelo Simples Nacional. Alíquota do ISS 2.15%

Situação desta NFS-e: Normal

Documento emitido por ME ou EPP optante pelo simples Nacional.

Valor aproximado do tributo federal - R$ 1.076,00 (13,45%), estadual - R$ 0,00 (0,00%), municipal - R$ 227,20 (2,84%) , com base na Lei 12.741/2012 e no Decreto 8.264/2014 - Fonte: IBPT

Verificar autenticidade

CONFERE COM ORIGINAL

045

MUNICIPIO DE MARIANA

Municipio de Mariana

Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e

Número do RPS	Número da nota
	202500000000010

Data da emissão da nota
17/07/2025 14:59:05

Data do fato gerador
17/07/2025 14:59:05

Código de verificação
ETYZCFA5D

PRESTADOR DE SERVIÇOS

Nome fantasia: CIRCOVOLANTE

Nome/Razão social: XINXIN E JUANETO ESPETACULOS EIRELI

Inscrição estadual:

CPF/CNPJ: 06.202.354/0001-03 Inscrição municipal: 2162

Telefone: (31) 3557-4378

Endereço: R CONEGO BRAGA Número: 73 Bairro: SAO JOSE CEP: 34520-000

Complemento:

Município: Mariana UF: MG

E-mail: producao@circovolante.com.br Site:

TOMADOR DE SERVIÇOS

Nome fantasia:

Nome/Razão social: Prefeitura Municipal de Itabirito

CPF/CNPJ: 18.307.835/0001-54 Inscrição municipal: Inscrição estadual:

Número: 635 CEP: 35450-228

Complemento:

Município: Itabirito UF: MG

E-mail: administrativo.cultura@pmi.mg.gov.br Telefone: Celular:

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

	Valor unitário	Qtd	Valor do serviço	Base de cálculo (%)	ISS
1914 - APRESENTACOES CULTURAIS - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS, POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, PARA APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA/MUSICAL CIRCOVOLANTE, COM DURAÇÃO MÍNIMA DE 90 (NOVENTA) MINUTOS, A SER REALIZADA NO DIA 13 DE JULHO DE 2025, NO EVENTO JULIFEST 2025, NA CIDADE DE ITABIRITO/MG, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, CULTURA E TURISMO .	16.000,0000	1,0000	16.000,0000	16.000,00x2,42 =	387,20

Forma de Pagamento

Parcela	Vencimento	Tipo	Valor (R$)	Parcela	Vencimento	Tipo	Valor (R$)	Parcela	Vencimento	Tipo	Valor (R$)
1		À vista	16.000,00								

RETENÇÕES FEDERAIS

PIS/PASEP	COFINS	INSS	IR	CSLL	Outras retenções
R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00

Valor bruto = R$ 16.000,00 | **Valor líquido = R$ 16.000,00**

Códigos dos serviços:

12.03 - Espetáculos circenses.

Desc. condicionado(R$)	Desc. incondicionado(R$)	Deduções(R$)	Base de cálculo(R$)	Valor ISS(R$)
0,00	0,00	0,00	16.000,00	387,20

TRIBUTAÇÃO DO ISSQN

Natureza da operação: Tributação no município

Situação tributária do ISSQN: Normal

Local da prestação do serviço: Itabirito

OUTRAS INFORMAÇÕES

Esta NFS-e foi emitida de acordo com o Decreto 6669 de 22 de fevereiro de 2013. CONSULTAR A AUTENTICIDADE ACESSE: https://e-gov.betha.com.br/e-nota/verificar_autenticidade.faces

Prestador de serviços optante pelo Simples Nacional. Alíquota do ISS 2.42%

Situação desta NFS-e: Normal

Documento emitido por ME ou EPP optante pelo simples Nacional.

Valor aproximado do tributo federal - R$ 2.152,00 (13,45%), estadual - R$ 0,00 (0,00%), municipal - R$ 454,40 (2,84%) , com base na Lei 12.741/2012 e no Decreto 8.264/2014 - Fonte: IBPT

Verificar autenticidade

CONFERE COM ORIGINAL

MUNICIPIO DE MARIANA

Municipio de Mariana

Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e

Número do RPS	Número da nota
	202500000000012

Data da emissão da nota: 12/08/2025 14:48:30

Data do fato gerador: 12/08/2025 14:48:30

Código de verificação: Q9HOUZ7AT

PRESTADOR DE SERVIÇOS

Nome fantasia: CIRCOVOLANTE

Nome/Razão social: XINXIN E JUANETO ESPETACULOS EIRELI

Inscrição estadual:

CPF/CNPJ: 06.202.354/0001-03 Inscrição municipal: 2162

Telefone: (31) 3557-4378

Endereço: R CONEGO BRAGA Número: 73 Bairro: SAO JOSE CEP: 34520-000

Complemento:

Município: Mariana UF: MG

E-mail: producao@circovolante.com.br Site:

TOMADOR DE SERVIÇOS

Nome fantasia:

Nome/Razão social: MUNICIPIO DE CONGONHAS

CPF/CNPJ: 16.752.446/0001-02 Inscrição municipal: Inscrição estadual:

Endereço: PRACA PRESIDENTE KUBITSCHECK Número: 135 Bairro: CENTRO CEP: 36415-000

Complemento:

Município: Congonhas UF: MG

E-mail: claudia@congonhas.mg.gov.br Telefone: (00) 0000-0000 Celular:

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

	Valor unitário	Qtd	Valor do serviço	Base de cálculo (%)	ISS
Apresentação de 01 (um) espetáculo circense, Cortejo Samba no Pé-de-Moleque, com o CIRCOVOLANTE, realizado no dia 26 de julho de 2025 (sábado), a partir das 18: 00 horas, dentro da programação do 30° FESTIVAL DE INVERNO, a ser realizado na Praça de Eventos Manoel Pereira da Silva (Nenzinho) .	17.000,0000	1,0000	17.000,0000	17.000,00x2,54 =	431,80

Forma de Pagamento

Parcela	Vencimento	Tipo	Valor (R$)	Parcela	Vencimento	Tipo	Valor (R$)	Parcela	Vencimento	Tipo	Valor (R$)
1		À vista	16.568,20								

RETENÇÕES FEDERAIS

PIS/PASEP	COFINS	INSS	IR	CSLL	Outras retenções
R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00

Valor bruto = R$ 17.000,00 **Valor líquido = R$ 16.568,20**

Códigos dos serviços:

12.03 - Espetáculos circenses.

Desc. condicionado(R$)	Desc. incondicionado(R$)	Deduções(R$)	Base de cálculo(R$)	Valor ISS(R$)
0,00	0,00	0,00	17.000,00	431,80

TRIBUTAÇÃO DO ISSQN

Natureza da operação: Tributação no município

Situação tributária do ISSQN: Retenção

Local da prestação do serviço: Congonhas

OUTRAS INFORMAÇÕES

Esta NFS-e foi emitida de acordo com o Decreto 6669 de 22 de fevereiro de 2013. CONSULTAR A AUTENTICIDADE ACESSE: https://e-gov.betha.com.br/e-nota/verificar_autenticidade.faces

Prestador de serviços optante pelo Simples Nacional. Alíquota do ISS 2.54%

Situação desta NFS-e: Retida

Documento emitido por ME ou EPP optante pelo simples Nacional.

Valor aproximado do tributo federal - R$ 2.286,50 (13,45%), estadual - R$ 0,00 (0,00%), municipal - R$ 482,80 (2,84%) , com base na Lei 12.741/2012 e no Decreto 8.264/2014 - Fonte: IBPT

Verificar autenticidade

CONFERE COM ORIGINAL

MUNICIPIO DE MARIANA

Municipio de Mariana

Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e

Número do RPS	Número da nota
	202500000000004

Data da emissão da nota: 10/03/2025 17:27:51

Data do fato gerador: 10/03/2025 17:27:51

Código de verificação: BHOYQ7CES

PRESTADOR DE SERVIÇOS

Nome fantasia: CIRCOVOLANTE

Nome/Razão social: XINXIN E JUANETO ESPETACULOS EIRELI — Inscrição estadual:

CPF/CNPJ: 06.202.354/0001-03 — Inscrição municipal: 2162 — Telefone: (31) 3557-4378

Endereço: R CONEGO BRAGA Número: 73 Bairro: SAO JOSE CEP: 34526-072

Complemento:

Município: Mariana — UF: MG

E-mail: producao@circovolante.com.br — Site:

TOMADOR DE SERVIÇOS

Nome fantasia: MUNICIPIO DE MARIANA

Nome/Razão social: MUNICIPIO DE MARIANA

CPF/CNPJ: 18.295.303/0001-44 — Inscrição municipal: — Inscrição estadual:

Endereço: Praça JUSCELINO KUBITSCHEK Número: S/N Bairro: CENTRO CEP: 35420-000

Complemento: S/N

Município: Mariana — UF: MG

E-mail: — Telefone: (31) 3557-9000 — Celular:

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

	Valor unitário	Qtd	Valor do serviço	Base de cálculo (%)	ISS
Apresentação Circense do Espetáculo Bestetú, do Circovolante, no Carnaval de Mariana 2025 .	8.000,0000	1,0000	8.000,0000	8.000,00x2,01 =	160,80

Forma de Pagamento

Parcela	Vencimento	Tipo	Valor (R$)	Parcela	Vencimento	Tipo	Valor (R$)	Parcela	Vencimento	Tipo	Valor (R$)
1		À vista	7.839,20								

RETENÇÕES FEDERAIS

PIS/PASEP	COFINS	INSS	IR	CSLL	Outras retenções
R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00

Valor bruto = R$ 8.000,00 — **Valor líquido = R$ 7.839,20**

Códigos dos serviços:

.03 - Espetáculos circenses.

Desc. condicionado(R$)	Desc. incondicionado(R$)	Deduções(R$)	Base de cálculo(R$)	Valor ISS(R$)
0,00	0,00	0,00	8.000,00	160,80

TRIBUTAÇÃO DO ISSQN

Natureza da operação: Tributação no município

Situação tributária do ISSQN: Retenção

Local da prestação do serviço: Mariana

OUTRAS INFORMAÇÕES

Esta NFS-e foi emitida de acordo com o Decreto 6669 de 22 de fevereiro de 2013. CONSULTAR A AUTENTICIDADE ACESSE: https://e-gov.betha.com.br/e-nota/verificar_autenticidade.faces
Prestador de serviços optante pelo Simples Nacional. Alíquota do ISS 2.01%
Situação desta NFS-e: Retida
Documento emitido por ME ou EPP optante pelo simples Nacional.

Valor aproximado do tributo federal - R$ 1.076,00 (13,45%), estadual - R$ 0,00 (0,00%), municipal - R$ 227,20 (2,84%) , com base na Lei 12.741/2012 e no Decreto 8.264/2014 - Fonte: IBPT

Verificar autenticidade

CONFERE COM ORIGINAL

MUNICIPIO DE MARIANA

Municipio de Mariana

Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e

Número do RPS	Número da nota
	202500000000014

Data da emissão da nota: 22/10/2025 16:57:44

Data do fato gerador: 22/10/2025 16:57:44

Código de verificação: 6FPEHYF10

PRESTADOR DE SERVIÇOS

Nome fantasia: CIRCOVOLANTE

Nome/Razão social: XINXIN E JUANETO ESPETACULOS EIRELI

Inscrição estadual:

CPF/CNPJ: 06.202.354/0001-03 Inscrição municipal: 2162

Telefone: (31) 3557-4378

Endereço: R CONEGO BRAGA Número: 73 Bairro: SAO JOSE CEP: 34520-000

Complemento:

Município: Mariana UF: MG

E-mail: producao@circovolante.com.br Site:

TOMADOR DE SERVIÇOS

Nome fantasia: ACCP

Nome/Razão social: ASSOCIACAO CULTURAL CIRCO PARA TODOS

CPF/CNPJ: 14.760.098/0001-90 Inscrição municipal: 4810 Inscrição estadual: isenta

Endereço: Rua Dom Veloso Número: 70 Bairro: Passagem de Mariana CEP: 35421-092

Complemento: Casa

Município: Mariana UF: MG

E-mail: circotodos@gmail.com Telefone: Celular:

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

	Valor unitário	Qtd	Valor do serviço	Base de cálculo (%)	ISS
Grande cortejo com palhaços, com convidados e banda, para o 13º Circovolante - Encontro Internacional de Palhaços / 2025 1 x R$ 20.000,00	20.000,0000	1,0000	20.000,0000	20.000,00x2,34 =	468,00

Forma de Pagamento

Parcela	Vencimento	Tipo	Valor (R$)	Parcela	Vencimento	Tipo	Valor (R$)	Parcela	Vencimento	Tipo	Valor (R$)
1		À vista	20.000,00								

RETENÇÕES FEDERAIS

PIS/PASEP	COFINS	INSS	IR	CSLL	Outras retenções
R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00

Valor bruto = R$ 20.000,00 **Valor líquido = R$ 20.000,00**

Códigos dos serviços:

12.03 - Espetáculos circenses.

Desc. condicionado(R$)	Desc. incondicionado(R$)	Deduções(R$)	Base de cálculo(R$)	Valor ISS(R$)
0,00	0,00	0,00	20.000,00	468,00

TRIBUTAÇÃO DO ISSQN

Natureza da operação: Tributação no município

Situação tributária do ISSQN: Normal

Local da prestação do serviço: Mariana

OUTRAS INFORMAÇÕES

Esta NFS-e foi emitida de acordo com o Decreto 6669 de 22 de fevereiro de 2013. CONSULTAR A AUTENTICIDADE ACESSE: https://e-gov.betha.com.br/e-nota/verificar_autenticidade.faces

Prestador de serviços optante pelo Simples Nacional. Alíquota do ISS 2.34%

Situação desta NFS-e: Normal

Documento emitido por ME ou EPP optante pelo simples Nacional.

Valor aproximado do tributo federal - R$ 2.690,00 (13,45%), estadual - R$ 0,00 (0,00%), municipal - R$ 568,00 (2,84%) , com base na Lei 12.741/2012 e no Decreto 8.264/2014 - Fonte: IBPT

Verificar autenticidade

CONFERE COM ORIGINAL

vero

XINXIN E JUANETO ESPETACULOS LTDA
CNPJ: 06.202.354/0001-03
RUA CÔNEGO BRAGA, 73 SAO JOSE MARIANA/MG CEP: 35426-072

VERO S.A. CNL. | CNPJ 31.748.174/0006-75. | I.E.: 0037925350040 | RUA HORÁCIO DE QUEIROS, 419, ROSARIO. 36400-007 - CONSELHEIRO LAFAIETE - MG

Mês de	Vencimento	Valor
12/2025	15/01/2026	R$ 162,00

Folha 1 1

RESUMO DE COMPRA

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	DATA INÍCIO	DATA FINAL	VALOR SERVIÇO
2505033 - COMBO VERO B2B - 850MB MV22.3 - EMP00	01/12/25	31/12/25	R$ 162,00
- VERO FIBRA B2B			incluso
- VERO WI-FI FIBRA - B2B			incluso
- B2B - DIGITAL ME POUPE			incluso
- LIVROS AUDIOBOOK			incluso
- B2B - VERO SEGURANCA			incluso

Fale com a Empresa:

Nossos canais de atendimento: Por telefone 0800 374 2000, WhatsApp (31) 99374-2000, ou

Mensagens Gerais:

Central de atendimento ANATEL, 1331, para deficientes auditivos
1332.

TOTAL R$ 162,00

- Fique atento, efetue o pagamento em dia e evite:
  - Cobrança de multa de 2% e juros de 1% ao mês.
  - Suspensão parcial dos serviços, após 15 dias da notificação de existência de débito vencido, o que resultará na redução de velocidade de banda larga. Obs: Durante o período de suspensão parcial , seu plano será cobrado normalmente de acordo com os valores contratados.
  - Suspensão Total dos serviços contratados, transcorridos 30 dias do início da Suspensão Parcial.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	VALOR
Instalação, ativação e reparos	R$ 1,00
Locação de equipamento	R$ 0,01
Serviços de Telecomunicações	R$ 96,19
Serviços de Valor Adicionado	R$ 64,80

NFCom **Nº: 686382** **Série: 2**
Emissão: 15/12/2025
VERO S.A. CNL | CNPJ: 31.748.174/0006-75 | I.E: 0037925350040 | RUA HORÁCIO DE QUEIROS, ROSARIO | 36400-007 | CONSELHEIRO LAFAIETE - MG

Serviço	Alíquota PIS/COFINS	Base de cálculo	Valor PIS/COFINS	Alíquota ICMS	Base de cálculo	Valor ICMS
Serviços de não telecomunicações	3.65%	R$ 96.19	R$ 3.52	18.0%	R$ 96.19	R$ 17.31

URL: https://adapter-notas-fiscais.s3.us-east-1.amazonaws.com/notas-fiscais/31748174000675/711204/2025/NFCom31251231748174000675620020006863821078364250.pdf

Fatura Numerada **Nº: 20151970**
Emissão: 12/12/2025
VERO S.A. CNL | CNPJ: 31.748.174/0006-75 | I.E: 0037925350040 | RUA HORÁCIO DE QUEIROS, ROSARIO | 36400-007 | CONSELHEIRO LAFAIETE - MG

Serviço	Alíquota PIS/COFINS	Base de cálculo	Valor PIS/COFINS	Alíquota PIS/COFINS	Base de cálculo	Valor PIS/COFINS
Serviços de não telecomunicações	9.25%	R$ 0.01	R$ 0.00	9.25%	R$ 0.01	R$ 0.00
Serviços de não telecomunicações	0.0%	R$ 64.80	R$ 0.00	0.0%	R$ 0.00	R$ 0.00

Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFSe) **Nº: 12291821**
Emissão: 15/12/2025
VERO S.A. CNL | CNPJ: 31.748.174/0006-75 | I.E: 0037925350040 | RUA HORÁCIO DE QUEIROS, ROSARIO | 36400-007 | CONSELHEIRO LAFAIETE - MG

Serviço	Alíquota ISS	Base de cálculo	Valor ISS	Alíquota PIS/COFINS	Base de cálculo	Valor PIS/COFINS
Serviços de não telecomunicações	3.0%	R$ 1.00	R$ 0.03	9.25%	R$ 1.00	R$ 0.10

Informações Complementares:

Fatura no crédito? É mais praticidade!
Ative agora o pagamento recorrente mensal por **cartão de crédito** no **app Minha Vero.**
Acesse o QR code e ative agora

Cliente	Vencimento	Valor
XINXIN E JUANETO ESPETACULOS LTDA	**15/01/2026**	**R$ 162,00**

Benficiário	CNPJ
VERO S.A. CNL	**31.748.174/0006-75**

Aproveite esta novidade! Pague agora mesmo com pix Usando o Código QR ao lado.

ITAÚ UNIBANCO S.A 34191.09016 68367.172936 84927.130009 5 13270000016200

CONFERE COM ORIGINAL

CIRCOVOLANTE

2025



QUEM SOMOS:



JOÃO PINHEIRO



XISTO SIMAN

CIRCOVOLANTE

O Circovolante foi criado em 2000 e objetiva pesquisar e difundir as **práticas circenses**, mais especificamente a **arte do riso**. Percorre ruas, escolas, empresas, praças e teatros do Brasil, apresentando **espetáculos** e ministrando **oficinas** em festivais e para grupos de teatro.



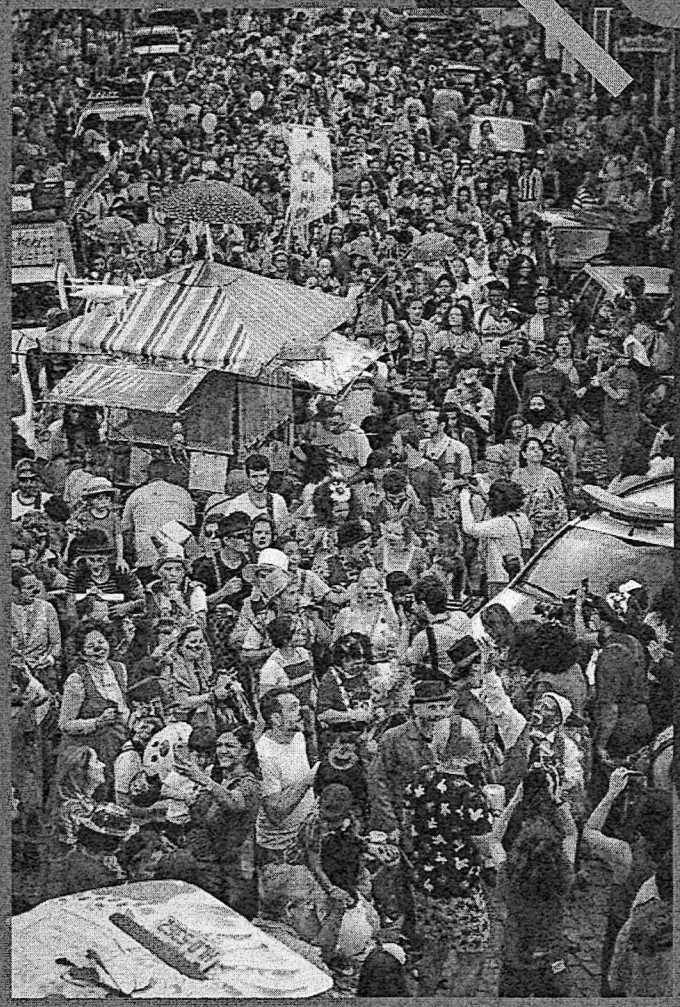
CIRCOVOLANTE

CORTEJO SAMBA PÉ DE MOLQUE



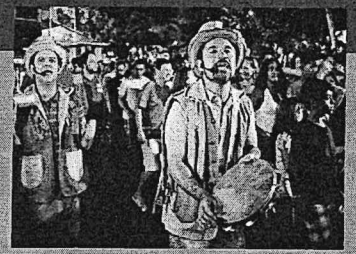
SAMBA NO PÉ DE MOLEQUE

O cortejo circense-musical "Samba No Pé-de-moleque" foi criado em 2001, à partir de pesquisas com canções de raízes brasileiras. Congadas, cirandas, chulas e outras, fazem parte do repertório desse show andante que faz parte do Carnaval de Mariana desde 2002 e já abrilhantou vários festivais pelo Brasil.



SAMBA NO PÉ-DE-MOLEQUE

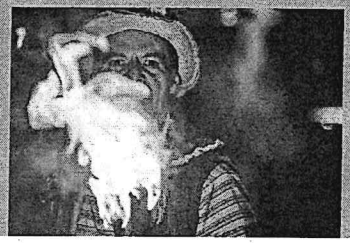
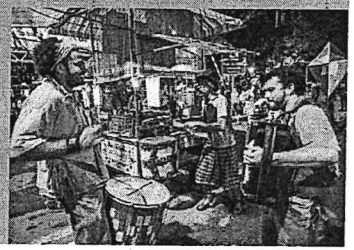
O cortejo circense-musical "Samba No Pé-de-moleque, é uma fusão vibrante de arte, música e movimento que, ao longo dos anos, se reinventa para encantar e cativar o público. Com uma combinação única de samba e elementos circenses, o espetáculo mantém sua essência, ao mesmo tempo em que se adapta às novas tendências e expectativas do público. Através de performances contagiantes, com malabares, acrobacias, pirofragia e a energia do samba, o cortejo se transforma em uma celebração da cultura brasileira, oferecendo uma experiência inesquecível que atrai espectadores de todas as idades e encanta gerações.





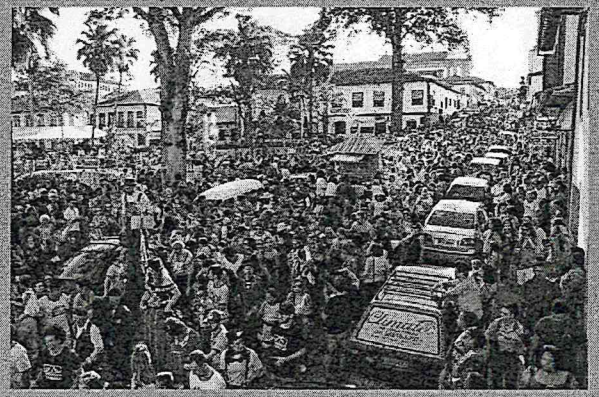


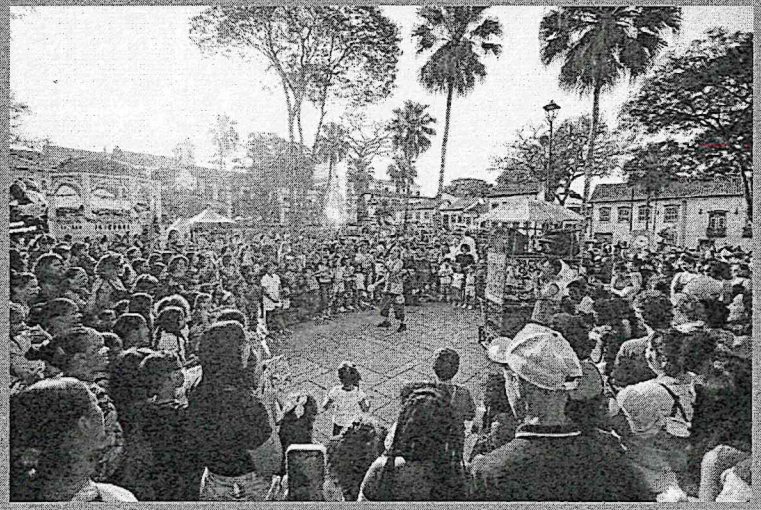




ENCONTROS NO JARDIM

"Entre a música envolvente, o fogo no ar e a destreza do malabarismo, o cortejo cria um espetáculo onde cada movimento é uma explosão de magia, riso e emoção!"







Videos de alguns cortejos:

https://www.youtube.com/watch?v=ELO9qOsAMvI
https://www.youtube.com/watch?v=z6yE4RWXDu4&t=12Is

Cortejo Encontro Internacional de Palhaços:
https://www.youtube.com/watch?v=REI3SceG-Jk


MÍDIAS
@CIRCOVOLANTE

CONTATOS

ENDEREÇO

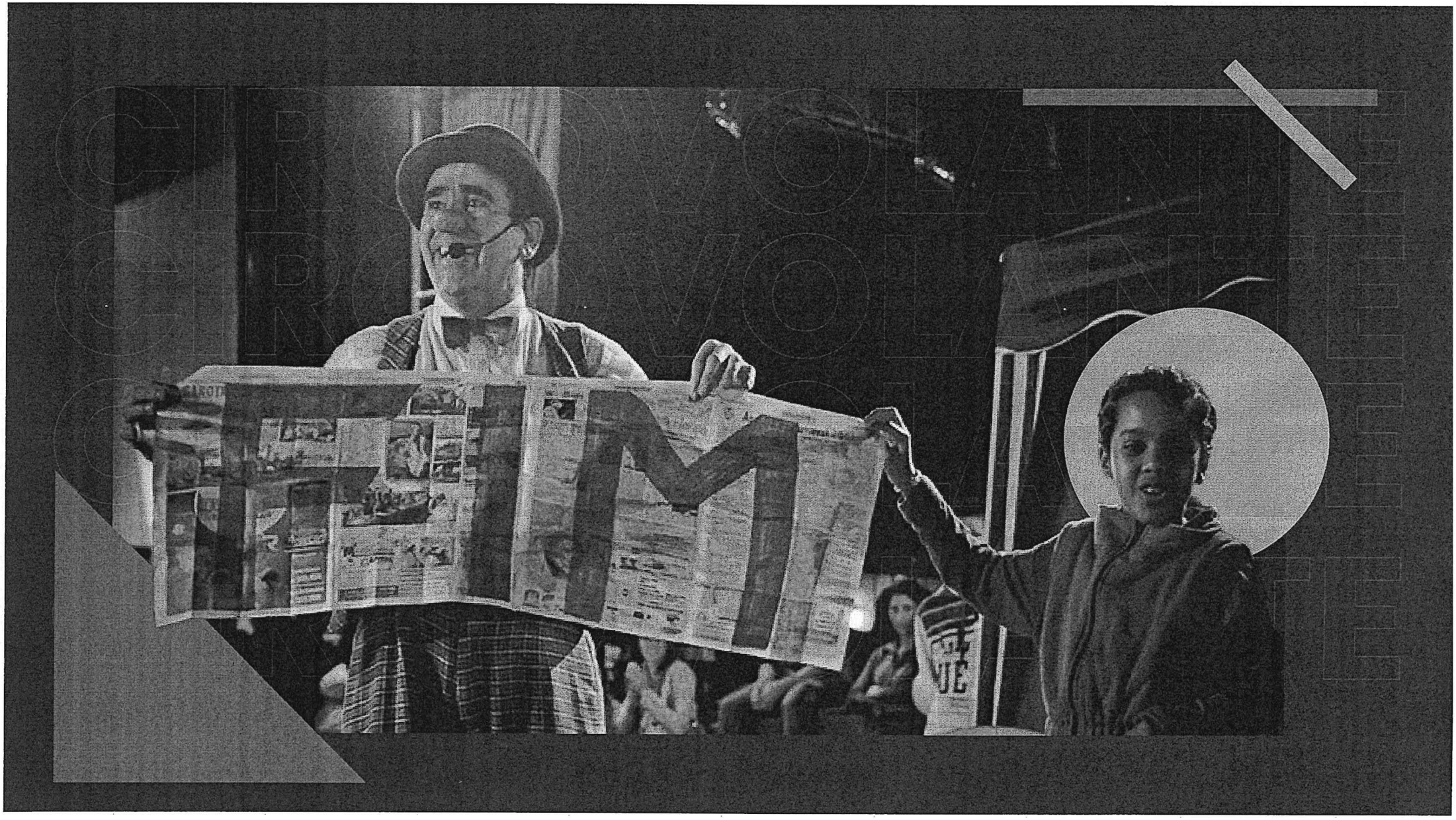
Rua Dom Veloso, 70 / Passagem de Mariana
Mariana (MG)

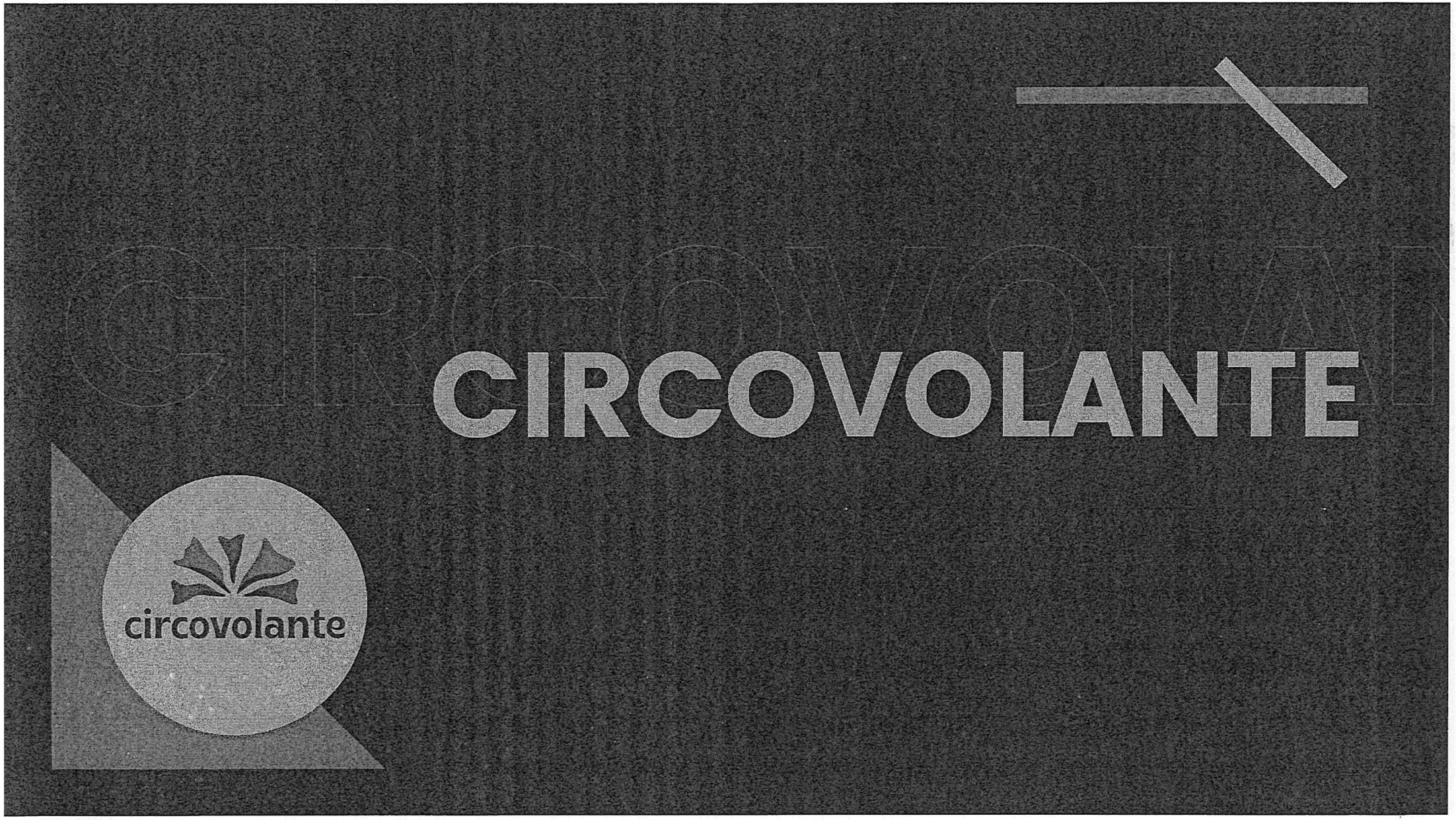
TELEFONE

(31) 99356-6894 / 98855-7247

E-MAIL

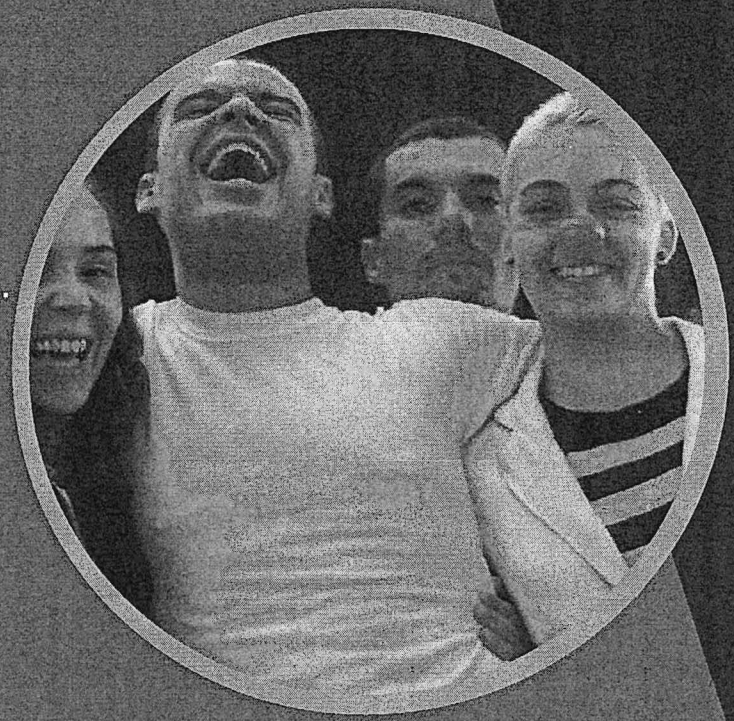
producao@circovolante.com.br




CIRCOVOLANTE
circovolante

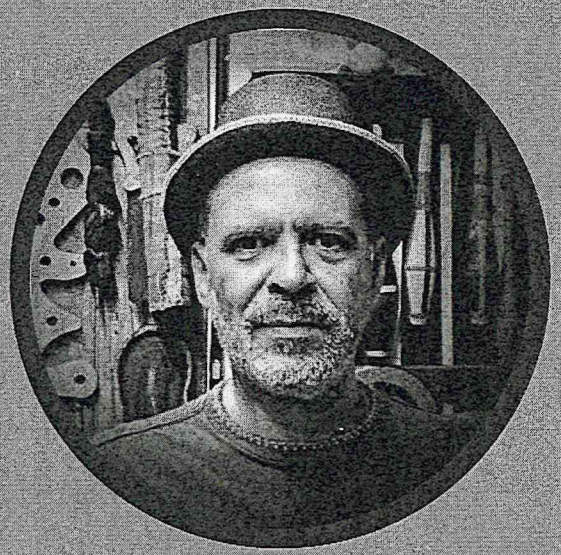
O COMEÇO

Xisto Siman e João Pinheiro trabalham juntos há 32 anos, desde o grupo Stronzo (1991/1999). Em 95, mudaram-se para a histórica Mariana/MG e continuaram no grupo até o fim de suas atividades.
Em 2000, fundaram o Circovolante.





JOÃO PINHEIRO



XISTO SIMAN

CIRCOVOLANTE

O Circovolante objetiva pesquisar e difundir as **práticas circenses**, mais especificamente a **arte do riso**.
Percorre ruas, escolas, empresas, praças e teatros do Brasil, apresentando **espetáculos** e ministrando **oficinas** em festivais e para grupos de teatro.
Desde 2008 realizam, em Mariana, o Circovolante - Encontro Internacional de Palhaços, um dos maiores e mais importantes eventos de palhaçaria das Américas.

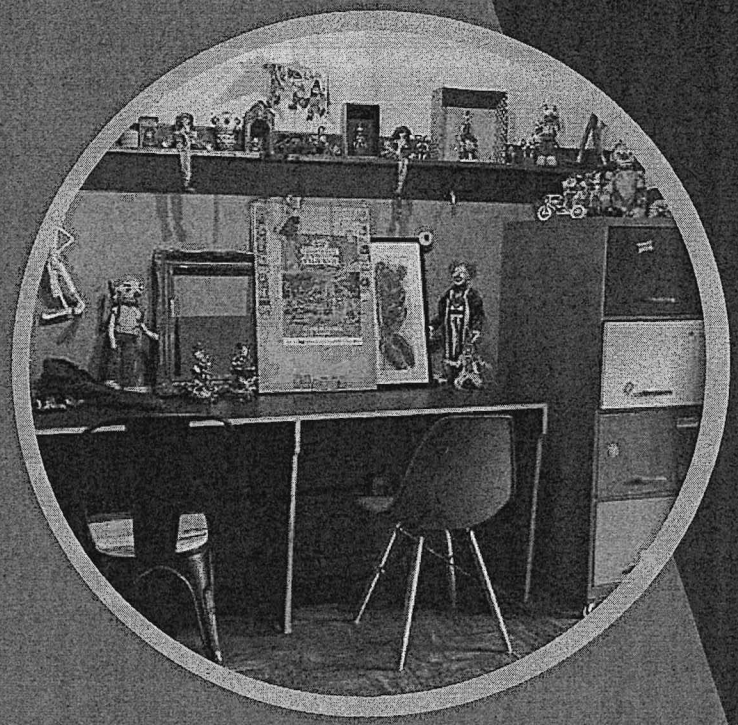


A SEDE

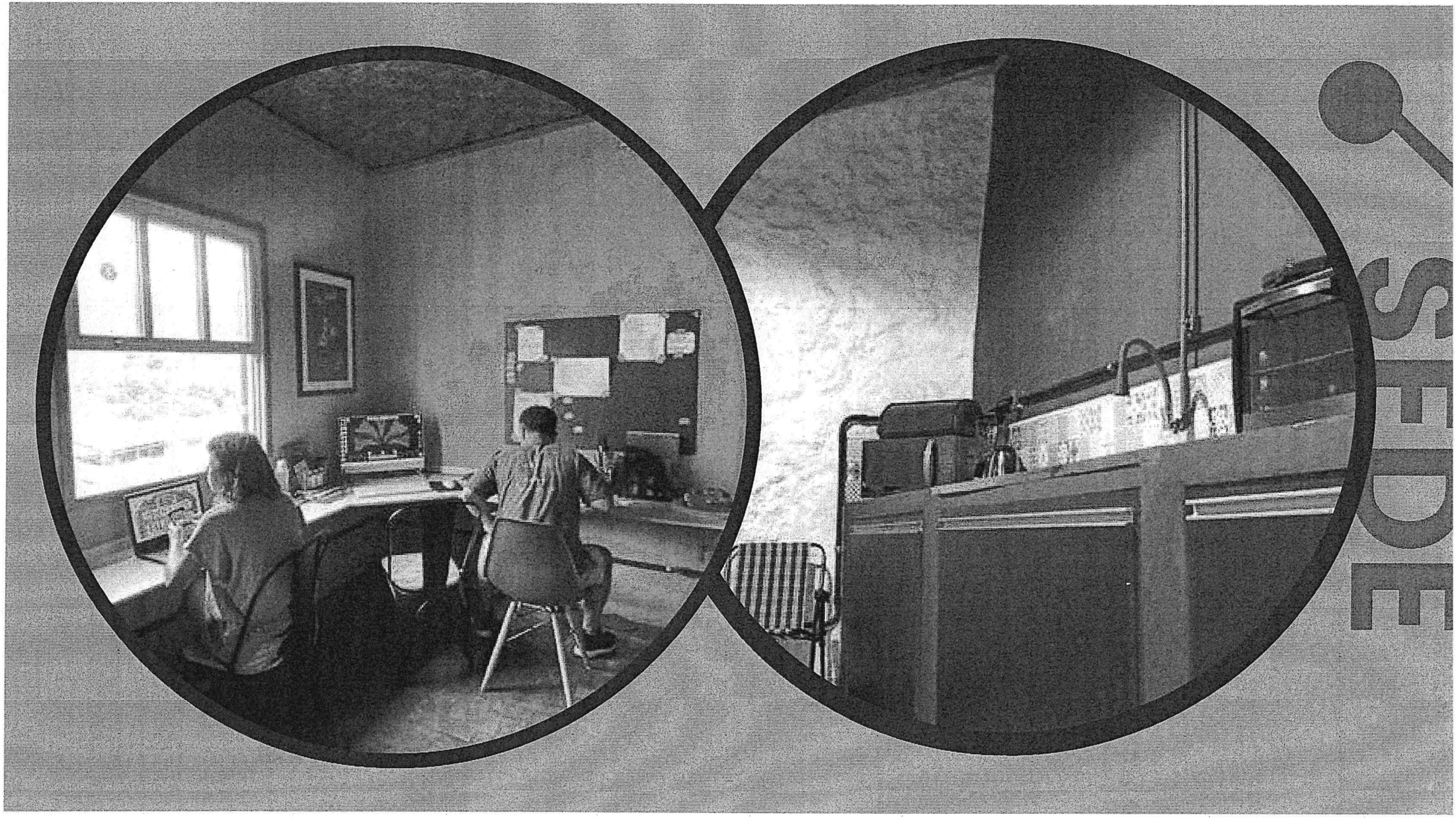
Em 2014, o Circovolante adquiriu um imóvel antigo em Passagem de Mariana, distrito que liga as históricas Ouro Preto e Mariana.
O espaço possui área construída de 415 m2, um quintal de 400m2 e uma gruta.
A sede, o "Circovolante - Casa do Palhaço" foi certificada como Ponto de Cultura em 2018.



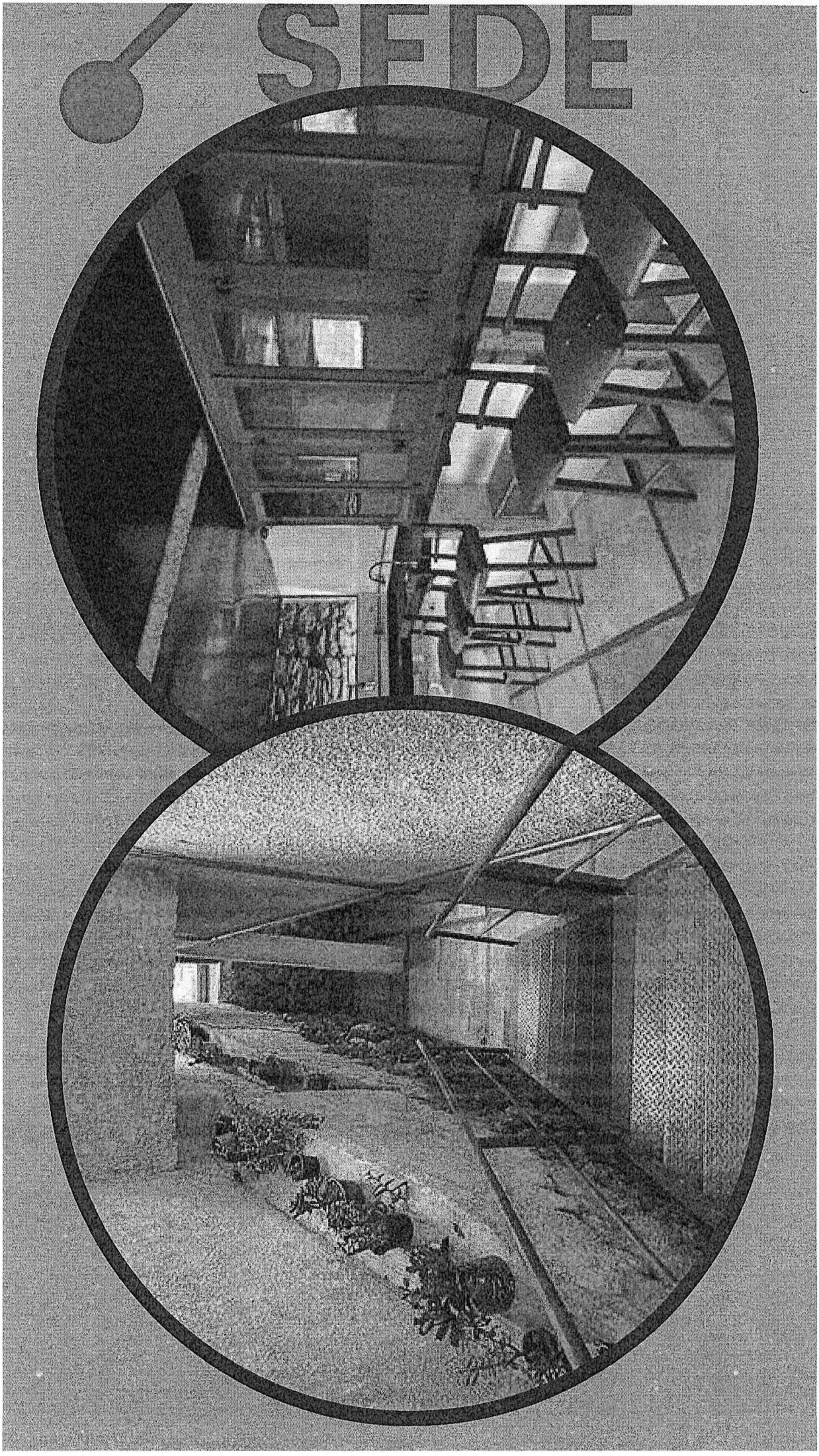
O espaço é local de ensaios e produção dos trabalhos e projetos do grupo, e ali são realizadas oficinas técnicas e artísticas. É aberto, também, à visitação de grupos turísticos e escolas de todo o Brasil.



SEDE



SEDE



SEDE

SEDE

SEDE






CIRCOVOLANTE
CASAdoPALHAÇO
PONTO DE CULTURA

EXPOSIÇÕES E ACERVO

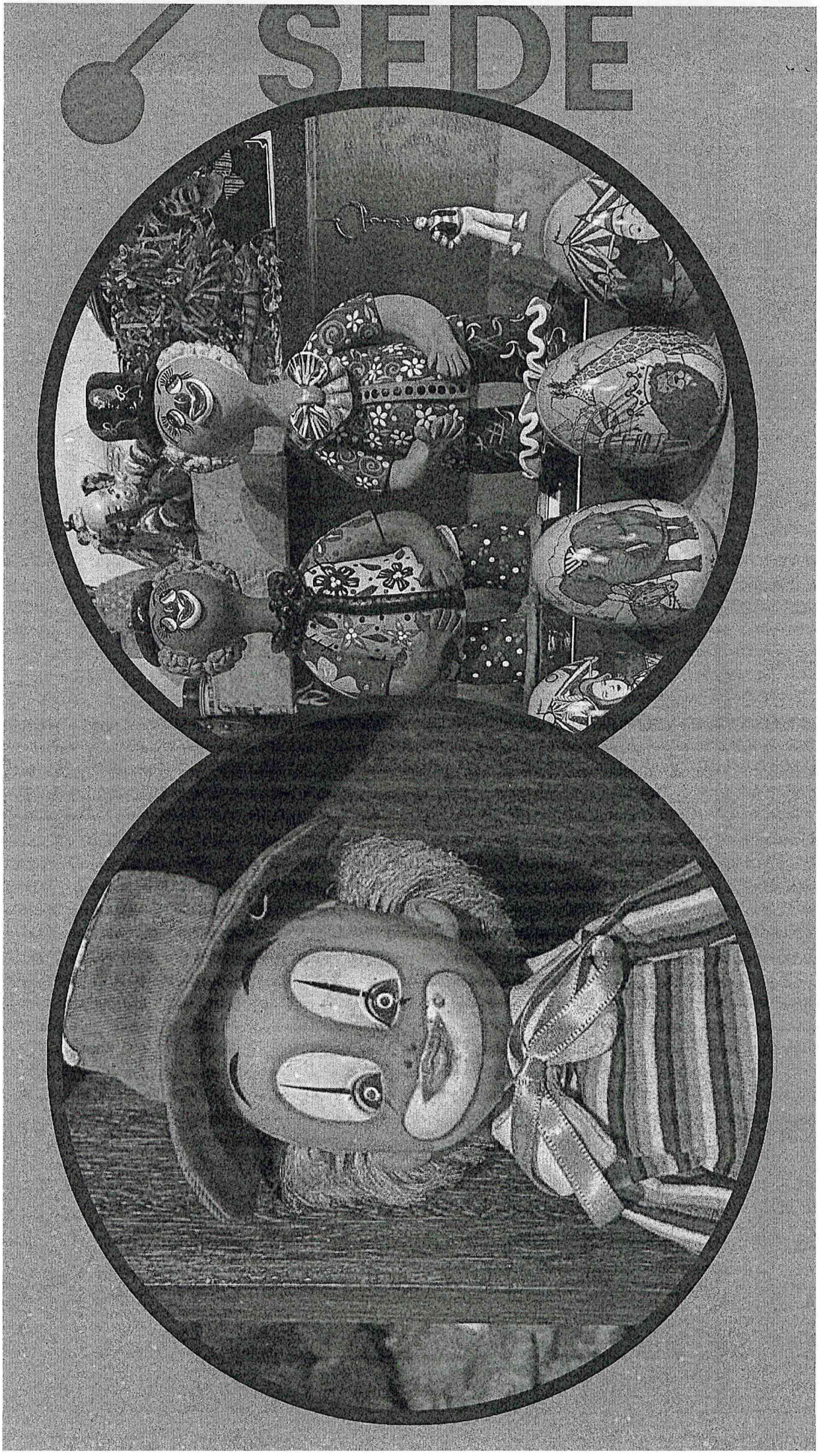
A sede conta com uma exposição permanente de mais de 100 imagens de palhaços, espalhadas por toda a Casa. Além disso, possui um acervo com mais de 500 títulos (livros, catálogos, vhs, dvd´s) com os temas circo, palhaçaria e comicidade (disponível para consutla sob agendamento prévio).



SEDE

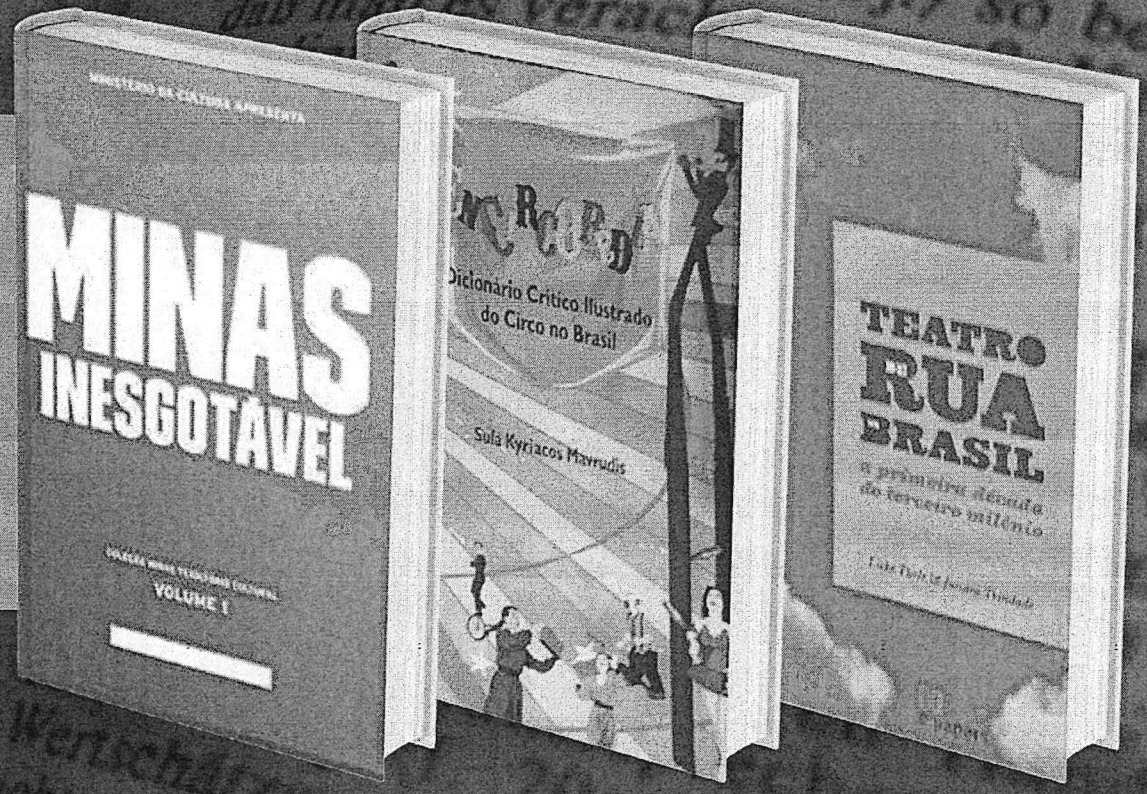
SEDE

SEDE



MENÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

O Circovolante está presente em 3 importantes obras literárias referências de circo e artes de rua do Brasil.



PRÊMIOS

PRÊMIO FUNARTE CAREQUINHA DE ESTÍMULO AO CIRCO

2009 | 2011 | 2012 | 2014

PRÊMIO PETROBRAS DE FESTIVAIS DE TEATRO

2015

PROGRAMA CAIXA DE APOIO À FESTIVAIS DE TEATRO

2013 | 2014 | 2015

PRÊMIO CENA MINAS

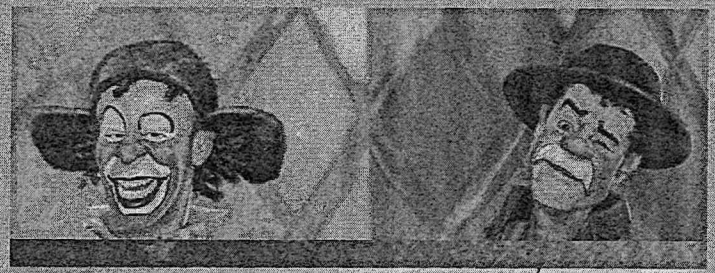
2011 | 2013 | 2014 | 2015

circovolante

ESPETÁCULOS

circovolante

ESPETÁCULOS • BESTETÚ



Xinxin Juaneto

Em meio à rotina corrida de um pequeno circo, desses que a gente encontra pelo interior do Brasil, Xinxin e Juaneto estão sempre se metendo em muitas confusões.

É nessa caricatura de um mundo real, numa atmosfera lúdica e particular, que o espetáculo acontece.

A cumplicidade dos dois palhaços dá vida a divertidos números autorais e clássicos da palhaçaria brasileira.

ESPETÁCULOS • BESTETÚ





SEM REFRESCO

O espetáculo reúne números tradicionais de circo e palhaçaria. Estreado em 2010, já percorreu mais de 100 cidades em MG, ES, SP, BA e RJ, passando por escolas, ruas, praças e por festivais culturais, totalizando mais de 200 apresentações.



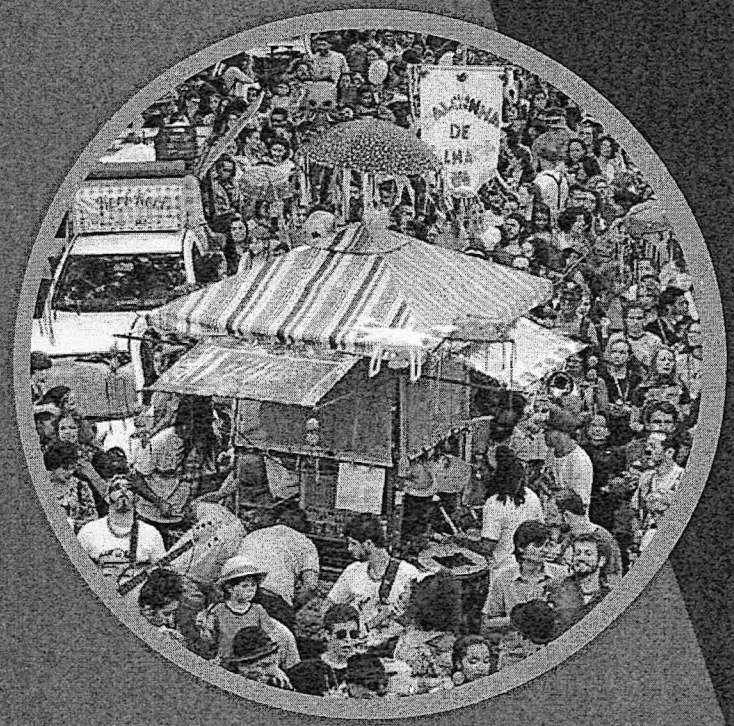
ESPETÁCULOS SEM REFRESCO





SAMBA NO PÉ DE MOLEQUE

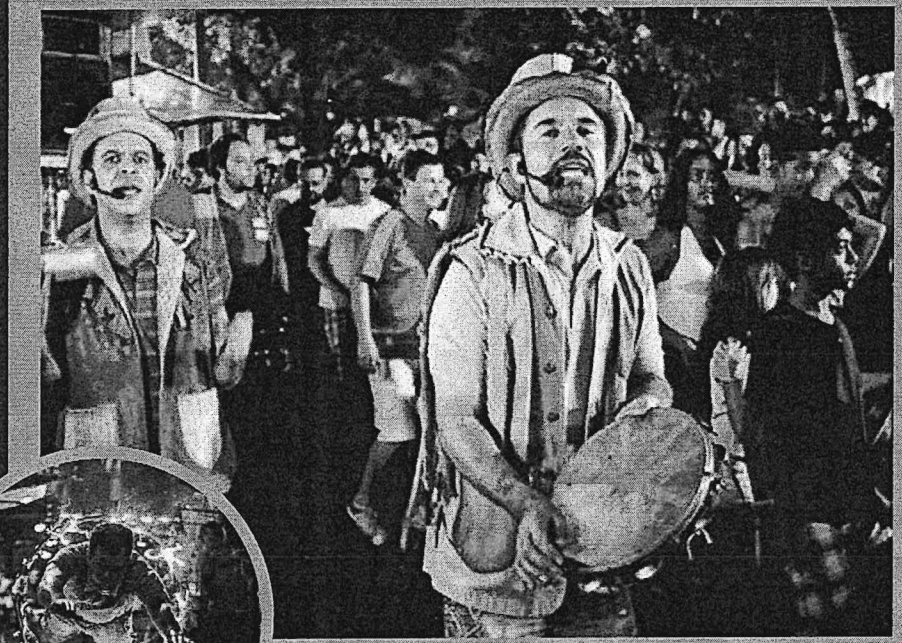
O cortejo circense-musical Samba No Pé-de-molque foi criado em 2001, quando o Circovolante reuniu-se com 4 músicos para pesquisar canções de raízes brasileiras. Congadas, cirandas, chulas e outras, fazem parte do repertório desse show andante que faz parte do Carnaval de Mariana desde o ano de 2002 e já abrilhantou festivais culturais de todo o Brasil.

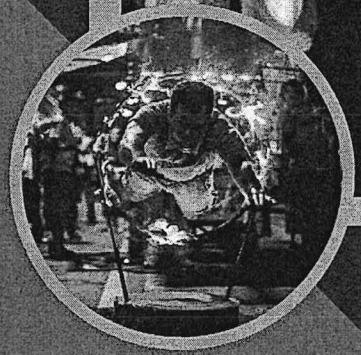


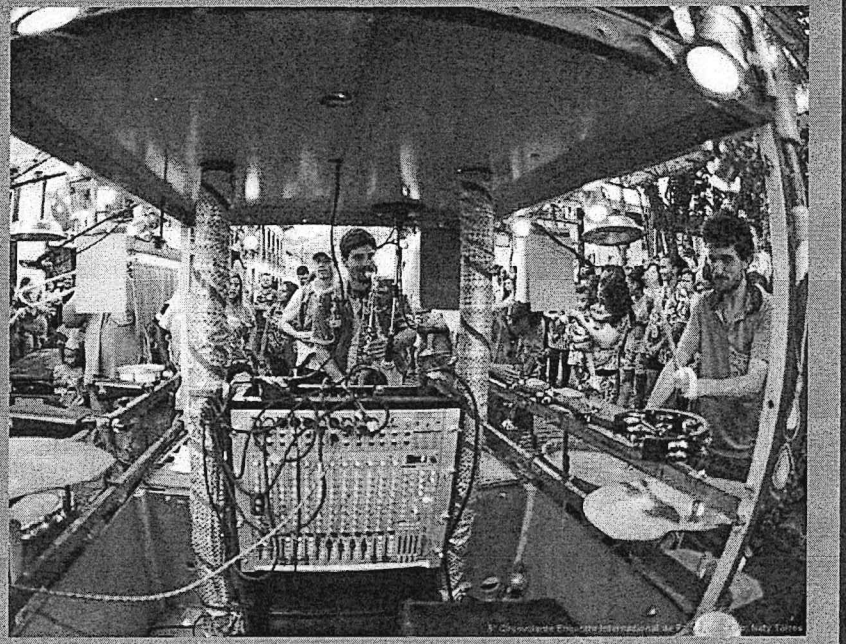
490

ESPETÁCULOS

SAMBA NO PÉ DE MOLEQUE







1 PROJETOS

circovolante

068

O ÁLBUM

Durante a pandemia, o Circovolante produziu o seu primeiro álbum, O CIRCO DE CADA UM, onde mistura a história do circo à sua própria história com lindas letras e textos poéticos.

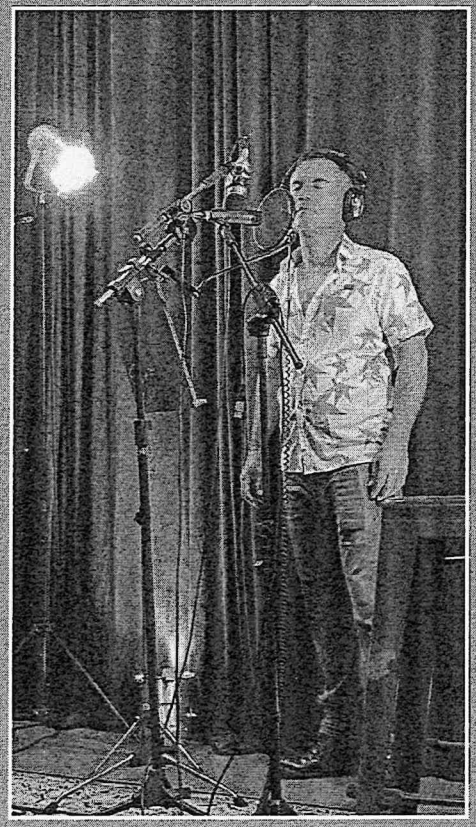
Foi realizado em parceria com o Museu da Música de Mariana, a partir do seu acervo de canções do século XIX.

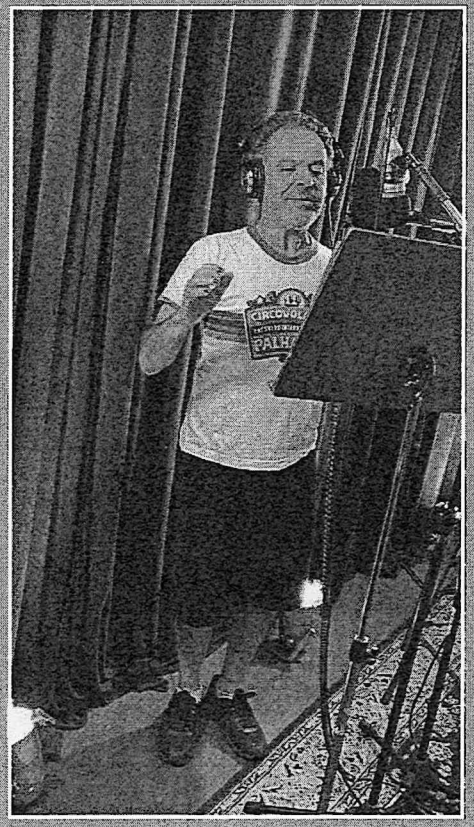
Foi disponibilizado para escolas públicas de MG e também no Spotify.

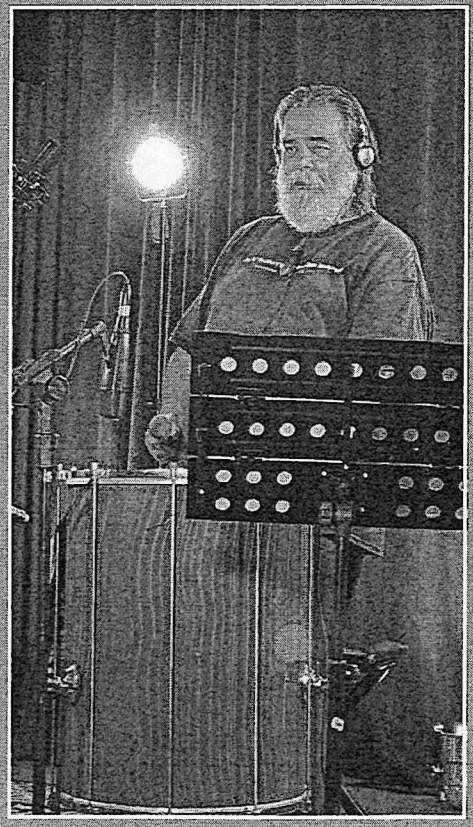


O CIRCO DE CADA UM









MINISSÉRIE

Realizada pelo Canal Futura, numa produção da Universidade Rio Grande do Norte, a minissérie SOU PALHAÇO teve a consultoria do Circovolante, e enfoca a diversidade da palhaçaria, entrevistando artistas das lonas, das ruas, músicos e pesquisadores de circo.

O processo resultou em 5 episódios e 10 interporgamas, que já alcançaram mais de 2 milhões de visualizações desde sua estreia, em julho de 2023.



PROJETOS

SOU PALHAÇO

futura



globoplay

PROJETOS

SOU PALHAÇO

1ª Temporada

20 episódios



1. Ser Palhaço

Nesse episódio viajamos no mágico universo dos palhaços de circo. Mostramos como as gerações de renovam e a paixão que esses artistas possuem pelo picadeiro.



2. Palhaçaria Feminina e Musicalidade

No segundo episódio mostramos como as palhaças tem conquistado espaços no meio que, historicamente, sempre foi masculino. Abordamos, também, a musicalid...



3. Arte e Educação na Palhaçaria - parte 1

Divididos em 2 partes, o terceiro e quarto episódios abordam a arte e a educação na palhaçaria. Escolas, creches e ruas recebem, cada vez mais, esses artistas do...



4. Arte e Educação na Palhaçaria - parte 2

Divididos em 2 partes, o terceiro e quarto episódios abordam a arte e a educação na palhaçaria. Escolas, creches e ruas recebem, cada vez mais, esses artistas do...



5. Encontro de Palhaços

No último episódio da série fomos até Mariana, em Minas Gerais para mostrar o encontro de palhaços, que reúne artistas de vários lugares do mundo, em apresentações,...



6. Palhaço Polydoro - Interprograma

A evolução do ser palhaço com destaque para o Polydoro, que começa a fazer um palhaço com várias atividades, não só a acrobacia.



7. O mistério de ser palhaço - Interprograma



8. Circovolante - Interprograma

A importância da história do Circovalente para o universo da palhaçaria e do circo no Brasil.



9. Lona – Circo do Estação - Interprograma

Local de várias atrações no passado, hoje a Lona é um patrimônio histórico mas, infelizmente não mais utilizado.

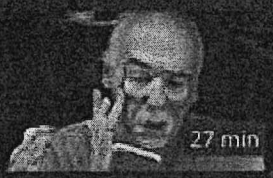


10. Evolução do circo pela fotografia - Interprograma

O registro fotográfico de um movimento tão imagético mostra também a evolução e a continuidade do circo junto à sociedade.



11. A timidez do palhaço - Interprograma



5. Encontro de Palhaços

No último episódio da série fomos até Mariana, em Minas Gerais para mostrar o encontro de palhaços, que reúne artistas de vários lugares do mundo, em apresentações,...



8. Circovolante - Interprograma

A importância da história do Circovalente para o universo da palhaçaria e do circo no Brasil.

Canais:

Percuteria: Marcelo Magrão

1-Bumbo (mic, kitbat)

2-Caixa (mic, kitbat)

3-Chimbal (mic, kitbat)

4-Tom1 (mic, kitbat)

5-Tom2 (mic, kitbat)

6-Surdo (mic, kitbat)

Percussão: Tiago

7-Surdo percussão (Mic de Bumbo, pedestal)

8-Tambor couro (mic, Sm57garraLP)

9-Congas (mic, Sm57pedestal)

11-Tumbadora (mic, Sm57pedestal)

12-Efeitos (mic, Sm57pedestal)

13-Contra baixo (Amplificador de baixo e direct)

14-Guitarra (Ampli ficador de guitarra e sm57)

15-Sax (Sm 58)

16-Trombone (Sm58)

17-Voz João (Microfone Sem fio)

18-Voz Xisto (Microfone Sem fio)

Qualquer dúvida entrar em contato com a equipe técnica:

Fernandelli Sidney da Costa Fernandes 031-9-85018256.

Endereço: Rua Cônego Braga, n°73, São José Mariana/MG

E-mail:producao@circovolante.com.br Redes sociais: @circovolante

Necessidades Técnicas

Bestetú

Luz

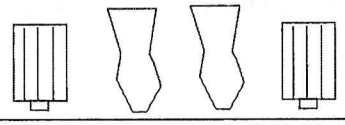
(para apresentações noturnas ou espaços fechados)

Cortina

Descrição de equipamentos

20 Pares 64 foco 5
2 PC's 1000W
2 elipsoidais
. Portagel e garras para todo o equipamento
. 10 gelatinas azuis
. 10 gelatinas ambares
. 1 mesa ETC Express 24/48

Boca de cena



Legenda



Elipsoidal



PC - 1000 W



PAR 64
foco 5

Som



- Mesa de som com 16 canais
- 3 microfones auriculares shure pgx 14/93
- Cabeamento necessário
- 1 microfone de mão Shure sem fio beta 58
- Sistema de PA completo compatível com o local
- 2 retornos
- 2 CDs Players – independentes
- 1 Microfone de bastão para Percussão

Retorno



Retorno



ESTADO DE MINAS GERAIS
MUNICIPIO DE MARIANA
Praça Juscelino Kubitschek, - Centro - Mariana - MG
CEP: 35420-003 CNPJ: 18.295.303/0001-44 Telefone: (31) 3557-9018
E-mail: compras@mariana.mg.gov.br Site: 3135579018

074

Solicitação de Compra Nº 48/2026

CONTRATAÇÃO DO CIRCOVOLANTE PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO CARNAVAL DE MARIANA DE 2026.

Solicitante: MARCOS EDUARDO BATISTA **Data da Solicitação:** 22/01/2026
Organograma: 2400000000 - SECRETARIA MUN PATRIM CULTURAL E TURISMO - SECULT
Local de Entrega: DISTRITOS E SEDE DO MUNICÍPIO
Objeto: CONTRATAÇÃO DO CIRCOVOLANTE PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO CARNAVAL DE MARIANA DE 2026.
Justificativa: CONFORME DFD Nº 027 O CARNAVAL É UMA DAS FESTIVIDADES MAIS TRADICIONAIS DA CIDADE, ATRAINDO MORADORES, VISITANTES DAS CIDADES VIZINHAS E TURISTAS DE DIVERSAS REGIÕES, MOVIMENTANDO O COMÉRCIO LOCAL, FORTALECENDO O SETOR DE SERVIÇOS E PROMOVENDO A CIRCULAÇÃO DE RENDA. DESSA FORMA, A CONTRATAÇÃO DA ATRAÇÃO JUSTIFICA-SE PELA NECESSIDADE DE ASSEGURAR A QUALIDADE ARTÍSTICA DO CARNAVAL DE MARIANA 2026, FORTALECER O CALENDÁRIO CULTURAL DO MUNICÍPIO E GARANTIR O DIREITO DA POPULAÇÃO AO ACESSO Á CULTURA, AO LAZER E AO ENTRETENIMENTO EM EVENTO DE GRANDE PORTE E TRADIÇÃO REGIONAL.
Observações:

Itens solicitados:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Preço Unit. Previsto	Preço Total Previsto
1	2,000	SV	CONTRATAÇÃO DE ESPETÁCULO TEATRAL" CORTEJO CIRCOVOLANTE" - APRESENTAÇÃO ARTISTICA- ESPETACULO TEATRAL "CORTEJO CIRCOVOLANTE" NO CARNAVAL MARIANA 2026	16.000,0000	32.000,00

Máscara	Descrição da Despesa	Valor Estimado

Preço Total Itens: 32.000,00

Mariana, 22 de Janeiro de 2026.

MARCOS EDUARDO BATISTA

ESTADO DE MINAS GERAIS
MUNICIPIO DE MARIANA
NOTA DE BLOQUEIO
C.N.P.J.: 18.295.303/0001-44
Município: MARIANA

Data: 23/01/2026
Usuário: pansierenunes

Nº do Bloqueio: **1322099/2026**
Data do Bloqueio: 23/01/2026

Órgão:	24.000	SECRETARIA MUN PATRIM CULTURAL E TURISMO - SECULT
Unidade:	24.001	ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECULT
Funcional:	13.392.0016	Difusão Cultural
Projeto/Atividade:	2.552	REALIZAÇÃO DO CARNAVAL DE MARIANA
Elemento:	3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Código reduzido:	575	

Informamos que o saldo da dotação encontra-se suficiente e já foi bloqueado, conforme descrito abaixo

Histórico	Data Bloqueio	Processo administrativo	Saldo da Dotação	Valor Bloqueado	Valor Desbloqueado	Saldo Atual
1.500.000.0000	23/01/2026	40/2026	145.500,00	32.000,00	0,00	113.500,00

CONTRATAÇÃO DO CIRCOVOLANTE PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO CARNAVAL DE MARIANA DE 2026.

Fonte de Recursos:

Número:	Descrição:	Valor:
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	32.000,00

Anderson Lopes Coelho Stoppa
..236-**
ASSESSOR TÉCNICO DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

Termo de Abertura/Autuação

Ao 23° dias do mês de Janeiro do ano de **2026**, nesta cidade de Mariana, Estado de Minas Gerais, faço abertura dos Autos do **PRC 040/2026**. Os autos do presente processo são autuados com folhas, incluindo o presente termo. Do que, para constar, lavro o presente termo.

ERIKA ALVES QUIRINO
COORDENADORA GERAL DE COMPRAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO

Exma. Sr. Secretário,

Ocorrendo a necessidade de abertura de processo para:

CONTRATAÇÃO DO CIRCOVOLANTE PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO CARNAVAL DE MARIANA DE 2026.

Solicito que seja a mesma autorizada nos moldes da lei 14.133/21 e suas alterações. Sendo assim, sugerimos o uso da modalidade **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** para o caso.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

24.001.13.392.0016.2552 339039 Fonte: 1500 Ficha 575

Valor Global Estimado: R$ 32.000,00 (Trinta e dois mil reais)

Mariana, 23 de Janeiro de 2026.

ERIKA ALVES QUIRINO
Coordenadora Geral de Compras

De acordo:

MARCOS EDUARDO BATISTA
Secretário Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo

PARECER EM PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE: 38/2026

PROCESSO: 40/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DO "CIRCOVOLANTE" PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO CARNAVAL DE MARIANA/2026

A Coordenadoria Geral de Compras do Município de Mariana, em atendimento ao pleito da Ilma. Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Patrimônio Histórico e Lazer, com fulcro no artigo 33, do Decreto Municipal nº 11.812, de 23 de abril de 2024, vem apresentar seu parecer opinativo acerca do procedimento de Inexigibilidade de Licitação nº 38/2026, nos limites de sua competência, visto tratar-se de competência exclusiva do ordenador de despesas, a responsabilidade pelos processos de inexigibilidade e dispensa de Licitação.

Assim como determina o artigo 31, do mesmo regulamento Municipal, que dispõe no seguinte sentido:

> **Art. 31.** As inexigibilidades de licitação são processos de compras ou contratações diretas de competência exclusiva do ordenador de despesas, devendo os mesmos ser instruídos pelo encarregado de planejamento da contratação, na forma estabelecida, neste Decreto, no art. 32, e art. 1º no que couber, observadas as atribuições da Coordenadoria de Compras dispostas nos arts. 6º e 7º, deste Decreto.

Deste modo, não cabe a esta Coordenadoria adentrar nos critérios de conveniência e oportunidade do ato administrativo, tampouco análise de preços, cabendo tão somente a manifestação acerca da possibilidade da aplicação do instituto da Inexigibilidade de Licitação para o pleito sob análise.

Sendo assim, passa-se as considerações iniciais e ato contínuo ao posicionamento final dessa unidade.

CONSIDERANDO a justificativa trazida pela Secretaria Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo, no que tange a necessidade da contratação em tela;

CONSIDERANDO o interesse da administração pública municipal em abrilhantar as festividades do "CARNAVAL 2026" no Município de Mariana;

CONSIDERANDO que as festividades do "CARNAVAL 2026" têm relevância cultural e social, que apresentação musical amplia a participação popular;

CONSIDERANDO a manifesta necessidade de estimular a celebração de eventos que valorizam a cultura local, além de fomentar a economia, divulgando o Município e atraindo

maior público;

CONSIDERANDO que a empresa contratada possui um trabalho consolidado e reconhecido pelo público;

CONSIDERANDO a legitimidade de representação dos interesses dos artistas, visto que, a contratação em tela será viabilizada entre este município e empresa representante legal devidamente munida de poderes de representação exclusiva na forma da lei;

CONSIDERANDO que os valores ofertados se aproximam do já praticado no mercado, inclusive no mesmo período carnavalesco, visto encontrarem-se balizados pelos documentos acostados ao feito;

Destarte, com fincas no texto da Lei nº 14.133/21, especialmente em seu artigo 74 Inciso II, assim como no artigo 205 da Constituição Federal de 1988, e nos artigos 127, e 128 da Lei Orgânica Municipal, **AUTORIZO** por meio de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, com a devida celebração da respectiva contratação, nos termos da Lei.

Mariana 23 de janeiro de 2025

ERIKA ALVES QUIRINO
Coordenadora de Compras

PREFEITURA DE MARIANA

PROCURADORIA MUNICIPAL
Praça Juscelino Kubistchek, s/nº
Centro | Mariana-MG | CEP 35420-000
Telefone: 31 3557 9037

www.mariana.mg.gov.br

PARECER DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

EMENTA: PARECER - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 038/2026 – PRC 040/2026 - PROFISSIONAL DO SETOR ARTÍSTICO – PROCESSAMENTO E TRAMITES REGULARES.

I – RELATÓRIO

Trata-se de processo administrativo de inexigibilidade de licitação que objetiva a contratação artística da "Banda Circovolante", para apresentação artística, a pedido da Secretaria de Patrimônio Cultural e Turismo.

Ressalte-se que o exame aqui empreendido se restringe aos aspectos jurídicos do procedimento, excluídos, portanto, aqueles que abrangem conveniência e oportunidade para a celebração do ato, bem como os elementos de natureza eminentemente técnica, financeira e orçamentária, o que inclui o detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e especificações, uma vez que as questões técnicas fogem das atribuições deste órgão de consultoria, sendo afetos aos setores competentes da Administração.

Com relação a esses dados, parte-se da premissa de que a autoridade competente se municiará dos conhecimentos técnicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da Administração, conforme orientação constante da Boa Prática Consultiva – BPC/AGU n° 7, que assim dispõe:

> A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento. (Manual de Boas Práticas Consultivas aprovado pela Portaria Conjunta n° 01, de 2 de dezembro de 2016).

É o relatório.

II – DA PROPRIEDADE DO PARECER JURÍDICO – PRERROGATIVA CONSTITUCIONAL DO ART. 133 – MANIFESTAÇÃO FUNDAMENTADA NO LIVRE EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO PROCURADOR

Cumpre frisar que o artigo 133, caput, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, bem como o artigo 2°, § 3°, da Lei Federal n° 8.906, de 4 de julho de 1994, estabelecem que: "*o Advogado é indispensável à administração da Justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei*".

Gustavo Galvão dos Santos
Procurador Jurídico
OAB/MG 172.712

81

Seguindo esta linha de raciocínio, vale também citar o inciso I, do artigo 7°, da mencionada Lei 8.906/94, que estabelece ser direito do Procurador Advogado, dentre outros: "*exercer, com liberdade, a profissão em todo o território Nacional*".

Assim, é relevante esclarecer que o papel do Advogado se resume em opinar a respeito da regularidade, formal ou não, como ainda, a respeito da constitucionalidade ou legalidade, ou não, de determinado ato ou negócio jurídico. Ao emitir parecer, o Advogado é totalmente destituído de competência para ato decisório, sendo que apenas firma seu entendimento a respeito daquela questão jurídica, passível de ser aceito ou não pelas instâncias com poder decisório sobre a questão.

Também vale ressaltar que é cediço que os pareceres jurídicos não integram o núcleo essencial do ato administrativo, posto que se tratam de meras opiniões técnico-jurídicas emitidas pelo operador do Direito, que, em última análise, não criam nem extinguem direitos, mas, apenas, orientam o administrador a tomar uma decisão no momento de praticar o ato administrativo e, somente o último poderia ser objeto de investigação sobre a sua legalidade.

O saudoso professor Hely Lopes Meirelles, assim já se manifestara sobre aludida matéria:

> "Pareceres Administrativos são manifestações de órgãos técnicos sobre assuntos submetidos à sua consideração. O parecer tem caráter meramente opinativo, não vinculando a Administração ou os particulares à sua motivação ou conclusões, salvo se aprovado por ato subsequente. Já então, o que subsiste como ato administrativo não é o parecer, mas sim o ato de sua aprovação, que poderá revestir a modalidade normativa, ordinária, negocial ou punitiva." (Meirelles, 2002, p. 189).

No mesmo sentido, o entendimento de Celso Antônio Bandeira de Mello:

> "Os pareceres alocam-se no campo da administração consultiva e configuram atos que visam a informar, elucidar, questões a serem decididas por outros órgãos (...), nada decidem. Nada resolvem e também não contêm em si nem autorização para a prática de outros atos, nem aprovação ratificação ou homologação deles. Não é esta sua tipologia. São simplesmente juízos técnicos que elucidam as autoridades competentes para adotarem as providências de suas respectivas alçadas." (Mello, 1996, p. 63)

Registra-se que o presente parecer não tem efeito vinculativo, nem tampouco decisório, tendo as autoridades a quem couberem a sua análise, plenas condições de decidir de maneira contrária ao parecer, como ainda, não o acolher ou acolhê-lo em parte, tratando-se a presente peça de caráter meramente opinativo.

Gustavo Galvão dos Santos
Procurador Jurídico
OAB/MG 172.712

PREFEITURA DE MARIANA
PROCURADORIA MUNICIPAL
Praça Juscelino Kubistchek, s/nº
Centro | Mariana-MG | CEP 35420-000
Telefone: 31 3557 9037
www.mariana.mg.gov.br

III – FUNDAMENTAÇÃO

III.1 – DA POSSIBILIDADE DE CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE

A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, conforme art. 53, §4.°, da Lei Federal n° 14.133, de 1° de abril de 2021.

Primeiramente, quanto a obrigatoriedade do procedimento licitatório que decorre de mandamento constitucional previsto no artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal de 1988, a não realização de licitação, também pelo dispositivo constitucional supra, pode acontecer, mediante casos ressalvados em legislação que estabeleça normas gerais de contratação para a Administração Pública, hipóteses que podem ser caracterizadas ou pela dispensa ou pela inexigibilidade.

Salientamos ainda o disposto no artigo 11, da Lei n° 14.133/2021 que enfatiza que além da garantia do tratamento isonômico entre os eventuais interessados, a licitação destina-se à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração. Vantajosidade não se confunde com menor preço, mas com obtenção do bem ou serviço que melhor satisfaça o interessa da Administração.

Nesse norte, a realização da licitação é, em regra, *conditio sine qua non* para a consecução da contratação pública. Com efeito, é preciso que a Administração obtenha a proposta mais vantajosa ao interesse público e, ainda, conceda a todos os interessados igualdade de condições.

Excepcionalmente, em situações de inviabilidade de competição, a própria lei estabelece hipóteses de inexigibilidade de licitação, conforme previsto no art. 74 da Lei n° 14.133 de 2021, autorizando a Administração a realizar contratação direta, sem licitação.

III.2 – DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO

O artigo 72 da Lei n° 14.133, de 2021, elenca providências e documentos que devem instruir a fase de planejamento do processo de contratação direta, conforme abaixo transcrito:

> I – Documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;
> II – Estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;
> III - Parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;
> IV – Demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;
> V – Comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;
> VI – Razão da escolha do contratado;
> VII - Justificativa de preço;
> VIII - Autorização da autoridade competente.

Gustavo Galvão dos Santos
Procurador Jurídico
OAB/MG 172.712

83

A análise da presente inexigibilidade de licitação tem por objeto a contratação artística da "Banda Circovolante" para apresentação artística no Município de Mariana-MG, a pedido da Secretaria de Patrimônio Cultural e Turismo, com fulcro no o inciso II, do art. 74 da Lei 14.133/2021 e no artigo 37, inciso XXI da Carta Magna, os quais permitem a Administração Pública, depois de cumprida com todas as formalidades legais pertinentes ao procedimento de contratação, proceder aos moldes de inexigibilidade de licitação ao processo licitatório desde que preencha com os requisitos e exigências legais.

No presente caso a Lei Federal nº 14.133/21, em seu art. 74, inciso II, trouxe a possibilidade de contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública, por meio de inexigibilidade de licitação.

A excepcionalidade permite a Administração Pública realizar contratações diretas, nas hipóteses em que o procedimento licitatório é dispensado, consoante art. 75 e naquelas em que ele é inexigível, conforme art. 74 ambos da Lei 14.133/2021.

Em termos gerais quanto a contratação e sua instrução, consta, Documento de Formalização de Demanda (fls. 001/003) Estudo Técnico Preliminar (fls. 004/010), Termo de Referência (fls. 012/020), todos aprovados e assinados pelo Secretário Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo.

A estimativa prévia de preço da contratação em R$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais), trata-se de matéria de ordem econômica que deve observar o disposto no art. 23 da Lei n. 14.133/2021, ou seja, o valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerando os preços constantes nas notas fiscais e contratações públicas e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto. Tal estimativa consta no Estudo Técnico Preliminar (fls. 004/010) e na justificativa de preço (fl. 022).

Consta, à fl. 075, o bloqueio orçamentário que demonstra compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido pelo artista "Banda Circovolante" com a celebração do contrato.

Acostada documentação referente aos requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária (fls. 025/042). Isto posto, os documentos de qualificação devem ser avaliados tecnicamente pela secretaria ordenadora de despesas, responsável pela elaboração do Termo de Referência, conforme observa-se às fls. 015/016. Deste modo, acostada declaração em atendimento ao disposto no artigo 72, V, da Lei 14.133/2021 assinado pelo ordenador de despesas (fls. 021).

A razão da escolha do contratado pode ser observada às fls. 012/013, na qual o Secretário ordenador de despesas afirma que:

> "O Carnaval é uma das festividades mais tradicionais da cidade, atraindo moradores, visitantes das cidades vizinhas e turistas de diversas regiões, movimentando o comércio local, fortalecendo o setor de serviços e promovendo a circulação de renda. Além de seu impacto econômico, o evento desempenha papel fundamental na valorização da cultura local, na promoção do lazer e no fortalecimento da identidade marianense. A

Gustavo Galvão dos Santos
Procurador Jurídico
OAB/MG 172.712

> inclusão de atrações musicais qualificadas contribui para ampliar a visibilidade do evento, assegurar a participação popular e garantir a diversidade de ritmos e estilos, respeitando a tradição carnavalesca e atendendo às expectativas da comunidade. A contratação em questão é indispensável para a composição de uma programação atrativa, segura e organizada, capaz de atender ao planejamento da Secretaria Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo e cumprir os objetivos definidos para o Carnaval 2026. Ressalta-se, ainda, que a definição prévia das atrações possibilita uma melhor estruturação logística, maior eficácia nas ações de divulgação e a contratação tempestiva de demais serviços necessários para a realização do evento. Dessa forma, a contratação da atração justifica-se pela necessidade de assegurar a qualidade artística do Carnaval de Mariana 2026, fortalecer o calendário cultural do município, fomentar a economia local e garantir o direito da população ao acesso à cultura, ao lazer e ao entretenimento em evento grande porte e tradição regional."

Consta proposta à fl. 023 e release às fls. 050 e seguintes. Ressalta-se que a razão da escolha do contratado é de exclusiva responsabilidade do ordenador de despesas.

A autorização da autoridade competente para a contratação direta mediante Inexigibilidade de licitação com fulcro no artigo 74, inciso II da Lei 14.133/2021 pode ser verificada às fls. 077, com a "Abertura do Processo Licitatório".

A justificativa de preços pode ser comprovada por meio de contratos e notas fiscais, às fls. 043/048, bem como pela fundamentação apresentada pelo ordenador de despesas, à fl. 022.

Nesse sentido, a Administração deve observar o que dispõe a Orientação Normativa/AGU nº 17, a seguir:

> A RAZOABILIDADE DO VALOR DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PODERÁ SER AFERIDA POR MEIO DA COMPARAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA COM OS PREÇOS PRATICADOS PELA FUTURA CONTRATADA JUNTO A OUTROS ENTES PÚBLICOS E/OU PRIVADOS, OU OUTROS MEIOS IGUALMENTE IDÔNEOS.

A pesquisa de mercado nas contratações diretas é tratada na Lei n.º 14.133, de 2021:

> Art. 23 (...) § 4º Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa, quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo, o contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.

Gustavo Galvão dos Santos
Procurador Jurídico
OAB/MG 172.512

O §2º do artigo 74 da Lei 14.133/2021 determina que:

> "(...) considera-se empresária exclusiva a pessoa física ou jurídica que possua contrato, declaração, carta ou outro documento que ateste a exclusividade permanente e contínua de representação, no País ou em Estado específico, do profissional do setor artístico, afastada a possibilidade de contratação direta por inexigibilidade por meio de empresário com representação restrita a evento ou local específico"

Para tanto, foi juntada Declaração de Exclusividade, à fl. 024.

O objeto singular torna inviável a realização da licitação, visto que o serviço/produto somente pode ser elaborado ou entregue por pessoa jurídica singular, diretamente ou através de representante exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

Segundo Joel de Menezes Niebuhr[1], é cabível a inexigibilidade de licitação para a contratação de profissionais do ramo artístico nos seguintes termos:

> A inexigibilidade para contratação de serviços artísticos, por sua vez, encontra fundamento na subjetividade que lhes é imanente. A arte não é ciência, não segue métodos, não é objetiva. Antes disso, a arte é expressão da alma, do espírito, da sentimentalidade, da criatividade, por tudo e em tudo singular. Desta maneira – é imperativo ressaltar em virtude de ser muito frequente a confusão – a inexigibilidade para a contratação de serviços artísticos não depende da inexistência de outros artistas que também possam prestar o serviço. Aliás, pode e costuma haver vários artistas capazes e habilitados, mas, mesmo assim, inexigível é a licitação pública, em tributo à singularidade de expressão.

Através da Consulta nº. 14/2013, o Ministério Público do Estado de Minas, através do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Público (CAOPP), afirmou que não há como definir, segundo os critérios legais, o que venha a ser "crítica especializada" e qual o alcance de sua atuação. Citando Diógenes Gasparini[2], a resposta é apresentada:

> Por força do estabelecido no inciso III do artigo 25 do Estatuto Federal Licitatório, é inexigível a licitação para a contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião. O dispositivo em apreço não traz grandes dificuldades de interpretação, salvo no que concerne à consagração pela crítica especializada. Qual é essa crítica especializada? A local? A regional? A nacional? Cremos que se pode dizer que é a crítica local, regional (estadual) ou nacional, em razão do valor do contrato. Assim, se o contrato estiver

[1] NIEBUHR, Joel de Menezes. *Dispensa e Inexigibilidade de Licitação Pública.* 4 ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2015, p. 187.
[2] GASPARINI. Diógenes. *Direito Administrativo.* 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2005, p. 323.

Gustavo Galvão dos Santos
Procurador Jurídico
OAB/MG 172.772

86

dentro do limite de convite, será local; se estiver dentro do limite da tomada de preços, será regional; se estiver dentro do limite de concorrência, será nacional. O mesmo deve-se afirmar em relação à opinião pública.

Às fls. 050/070, constam apresentações correlatas do artista em eventos similares, a fim de demonstrar sua atuação no cenário musical e o alcance de sua especialização.

Desse modo, a juntada do presente Parecer Jurídico aos autos, associado aos trabalhos elaborados pela Procuradoria Geral do Município, auxilia no cumprimento dos requisitos do artigo 72 da Lei 14.133/2021.

Importante reforçar com o parágrafo único do mesmo art. 72 da Nova Lei de Licitações dispõe que: "O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial".

IV – CONCLUSÃO

Diante do exposto, após análise do caso em tela, sob o prisma eminentemente jurídico/formal, esta Procuradoria Geral, entende que é possível a contratação por Inexigibilidade de licitação de profissional do setor artístico a ser realizado por "Circovolante", desde que cumpridas as seguintes ressalvas:

a) Sejam atualizadas as certidões vencidas no decorrer do processo;

b) Seja colhida assinatura do Secretário ordenador de despesas na Solicitação de Compra de fl. 074 e na Abertura de Processo Licitatório de fl. 077.

Recomenda esta procuradoria que em processos de contratação de profissionais do setor artístico, seja especificado/desmembrado o valor da proposta, com o detalhamento do cachê artístico e dos custos de transporte, alimentação, entre outros.

É o parecer, à consideração superior.

Mariana, 28 de janeiro de 2025.

Gustavo Galvão Santos
Procurador Jurídico
OAB/MG n° 172.712

Gustavo Galvão dos Santos
Procurador Jurídico
OAB/MG 172.712

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA
Controladoria Geral do Município
Praça JK, S/N, Centro - Mariana/MG - CEP: 35.420-000
Fone: (031) 3557-9044

PARECER DO CONTROLE INTERNO

INTERESSADOS: Secretaria Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo.

ASSUNTO/OBJETO: Para análise e parecer desta Controladoria Geral, a Coordenadoria de Compras remeteu o processo administrativo supracitado, cujo objeto é a contratação do " CIRCOVOLANTE " para compor a programação do Calendário Cultural 2026.

DADOS DO PROCESSO

Processo administrativo de contratação direta nº: 040/2026
Inexigibilidade de licitação nº: 038/2026
Dispositivo legal: Art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133/2021

DO CONTROLE INTERNO

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 74, determinou a manutenção do sistema de controle interno e estabeleceu suas finalidades. Em obediência a esse dispositivo, pelas Leis Municipais Complementares nº 140/2014 e nº 250/2025, foi instituída e regulamentada a **Controladoria Geral do Município de Mariana**.

DA COMPETÊNCIA, ATUAÇÃO E CONTROLE DAS CONTRATAÇÕES

A Lei de Licitações e Contratos nº 14.133/21 determinou, em seu artigo 169, que a Administração Pública, em suas contratações, deverá sujeitar-se a práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo, e obedecerão a três linhas de defesa. A primeira composta por servidores e empregados públicos, agentes de licitação e autoridades que atuam na estrutura de governança do órgão; a segunda, composta pelas unidades de assessoramento jurídico e de controle interno do próprio órgão; e a terceira linha de defesa, composta pelo órgão central de controle interno da Administração e pelo tribunal de contas.

No artigo 169, §3º, a Lei nº 14.133/21 também atribuiu deveres comuns aos integrantes das três linhas de defesa, estabelecendo as medidas a serem adotadas quando da constatação de *"simples impropriedade formal"* ou *"de irregularidade que configure dano à Administração"* [1].

---

[1] **Lei nº 14.133/21 - art. 169, § 3º** - Os integrantes das 3 linhas de defesa a que se referem os incisos I, II e III do art. 169 "observarão o seguinte: I - quando constatarem simples impropriedade formal, adotarão medidas para o seu saneamento e para a mitigação de riscos de sua nova ocorrência, preferencialmente com o aperfeiçoamento dos controles preventivos e com a capacitação dos agentes públicos responsáveis; II - quando constatarem

Danilo Brito das Dores
Controlador Geral

Além da aplicação da Constituição Federal e da Lei nº 14.133/2021, na análise ora proferida, **aplicam-se**[2] as disposições do Decreto municipal nº 11.813/2024 e do Decreto municipal nº 11.812/2024, e **atua-se**[3], neste caso, como segunda linha de defesa, conforme competências administrativas dispostas nos arts. 16, alíneas "a" a "c", art. 17, 26 e 33, desse último, **sem adentrar nos aspectos jurídicos apontados pela Procuradoria, barreiras já vencidas, e ainda neste sentido, sem adentrar em análise de motivação, oportunidade e conveniência, tratando-se de atos de competência do Ordenador de Despesas.**

Acrescenta-se que o art. 31, do Decreto Municipal nº 11.812/2024, em sintonia com o inciso I, do art. 169 acima mencionado (primeira linha de defesa), estabeleceu que os processos de inexigibilidades de licitação são de competência exclusiva do ordenador de despesas, e que os mesmos devem ser instruídos pelo encarregado de planejamento da contratação.

Nos termos acima expostos, a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos constantes dos autos, contendo a tempo desta apreciação 086 folhas reunidas em um único volume. Nesta oportunidade, salienta-se que esta Controladoria Geral não elide ou respalda irregularidades que porventura não sejam detectadas no âmbito do trabalho de análise alheias aos autos do presente processo, estando ciente de que as informações aqui prestadas estarão sujeitas a comprovação por todos os meios legais admitidos, sendo de inteira responsabilidade de quem, investido de competência legal, os tenham produzidos.

Explicitada a responsabilidade dos agentes públicos envolvidos na instrução e condução do presente processo de contratação, e demonstrada a competência do Controle Interno para análise e manifestação, apresenta-se parecer conclusivo acerca do processo administrativo de contratação direta, nos seguintes termos.

---

irregularidade que configure dano à Administração, sem prejuízo das medidas previstas no inciso I deste § 3º, adotarão as providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, observadas a segregação de funções e a necessidade de individualização das condutas, bem como remeterão ao Ministério Público competente cópias dos documentos cabíveis para a apuração dos ilícitos de sua competência.

[2]**Decreto municipal nº 11.813/2024** regulamenta o princípio da segregação das funções. **Decreto municipal nº 11.833/2024** regulamenta o sistema de registro de preços. **Decreto Municipal nº 11.812/214** regulamenta os ritos procedimentais, estabelecendo limites de atuação e competências administrativas nas fases interna e externa dos processos de licitação, dispensa, inexigibilidade, procedimentos auxiliares e adesões a atas de Registro de Preço.

[3]**Art. 16.** "A Controladoria Geral do Município atuará, quando solicitado formalmente, somente na fase externa do processo licitatório, na qual compete: **a)** A análise da formalização do processo licitatório, cumprimento de suas fases e encarte de documentos de acordo com as modalidades e tipos de contratação eleitos para cada objeto a ser licitado; **b)** A análise da existência de demonstração da vantagem econômica dos preços vencedores; **c)** A apreciação da pesquisa de preços que balizará a contratação, nos moldes do regulamento Municipal."
Art. 17. "A Controladoria Geral do Município, enquanto órgão responsável pelo controle dos atos administrativos, por ocasião do disposto no art. 16, deste Decreto, cabe emitir parecer conclusivo. **§ 1º.** Em caso de regularidade do ato processual os autos serão remetidos aos responsáveis com parecer recomendando a homologação do resultado do certame ou a ratificação da contratação direta, ou a continuidade do procedimento, conforme o caso. **§ 2º.** Em caso de irregularidades dos atos os autos serão remetidos aos responsáveis, com a indicação da inconsistência encontrada, recomendando a sua retificação, quando o vício verificado for sanável, ou anulação, em caso de vício insanável, ou o indeferimento, conforme o caso. "

Danilo Brito das Dores
Controlador Geral

RELATÓRIO

O exame dos documentos que instruem o processo de contratação direta[4] por inexigibilidade de licitação demonstrou o que segue:

1. Consta o documento de formalização de demanda (DFD) – fls. 01 a 03 conforme disposto nos arts. 31 e 32 c/c §§2° ao 4°, do art. 1°, todos do Decreto Municipal n° 11.812/24, assinado pelo encarregado de planejamento da contratação responsável pela elaboração, aprovado pelo ordenador de despesas.

2. Consta o Estudo técnico preliminar – fls. 04 a 10, conforme disposto nos arts. 31, 32 c/c art. 1°, todos do Decreto Municipal n° 11.812/24, assinado pelo encarregado de planejamento da contratação responsável pela análise e elaboração, aprovado pelo ordenador de despesas, contendo os elementos obrigatórios e não obrigatórios estabelecidos no §1°, art. 18 da Lei n° 14.133/2021.

3. Consta a análise dos riscos, conforme disposto nos arts. 31 e 32 c/c §2° e §3°, do art. 1°, todos do Decreto Municipal n° 11.812/24, assinado pelo encarregado de planejamento da contratação responsável pela análise e elaboração, aprovado pelo ordenador de despesas – fl. 11.

4. Consta o Termo de Referência – fls. 12 a 20 conforme disposto nos arts. 31 e 32 c/c/ §§ 2°, 3°, 4° e 6° do art. 1°, todos do Decreto Municipal n° 11.812/2024, assinado pelo encarregado de planejamento da contratação responsável pela análise e elaboração, aprovado pelo ordenador de despesas, contendo os parâmetros e elementos descritivos elencados no art. 6°, inciso XXIII c/c art. 40, §1°, ambos da Lei 14.133/21.

5. Ressalvamos que, nenhum dos documentos de planejamento da contratação (DFD, Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência), não há a indicação da dotação orçamentária;

6. Consta a proposta da futura contratada, no valor de R$ 32.000,00 (Trinta e dois mil reais) – fl. 023,

[4] **Lei 14.133/21 - Art. 72.** "O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos: **I** - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo; **II** - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei; **III** - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos; **IV** - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido; **V** - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária; **VI** - razão da escolha do contratado; **VII** - justificativa de preço; **VIII** - autorização da autoridade competente."

Danilo Brito das Dores
Controlador Geral

7. Consta manifestação do encarregado de planejamento da contratação explicitando a razão da escolha da futura contratada, no item 1 do DFD, tópico *"justificativa da necessidade"* – fl. 01; no item 1, tópico *"descrição da necessidade da contratação"* – fl. 04, e item 7, ambos do ETP; assim como nos itens 2 e 4 do Termo de referência – fls. 12 e 13, em atendimento ao disposto nos arts. 26 e 32, do Decreto Municipal nº 11.812/2024 e art. 72, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021.

8. Para a justificar e demonstrar o enquadramento da contratação na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II c/c § 2° do art. 74, da Lei nº 14.133/2021, em observância aos arts. 26 e 32 do Decreto Municipal nº 11.812/2024, foram apresentados os seguintes documentos: justificativa no item 1 do DFD, tópico *"justificativa da necessidade"* – fl. 01; no item 1, tópico *"descrição da necessidade da contratação"* – fl. 04, e item 7, ambos do ETP; assim como nos itens 2 e 4 do Termo de referência – fls. 12 e 13; Portfólios de apresentações anteriores fls. 050 a 070.

9. Consta nos autos a comprovação de que a empresa **XINXIN E JUANETO ESPETACULOS EIRELLI**, inscrita no **CNPJ sob o n°: 06.202.354/0001-03**, preenche os requisitos de habilitação e de qualificação mínima necessários por meio de certidões de regularidade fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira com seus prazos de validades vigentes; declaração de inexistência de servidor público lotado no órgão contratante; cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7° da Constituição Federal; declaração de habilitação e qualificação – fls. 028 a 042;

10. Discorrendo-se agora sobre a justificativa de preços de que trata o art. 72, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021, registra-se, preliminarmente, os documentos apresentados: justificativa de preço – fl. 21 e três documentos/contratos fiscais – fls. 043 a 045;

11. Quanto à apreciação dos documentos acima descritos, nos termos da alínea "c", do art. 16 da Lei nº 11.812/24, com base nas diretrizes delineadas na Instrução Normativa – CGM nº. 01/2024[5], observou-se que a justificativa de preços foi materializada com base em valores superiores comercializados pela futura contrata, emitidos no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração pública.

[5]**A Instrução Normativa – CGM nº. 01/2024** dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública municipal direta, autárquica e fundacional.

Danilo Brito das Dores
Controlador Geral

Em relação à existência de demonstração da compatibilidade entre o preço a ser contratado e o valor de mercado, assim como, a vantagem econômica, em cumprimento ao disposto no art. 16, alínea "b", do Decreto Municipal nº 11.812/2024, vejamos os valores conforme tabela 01 a seguir.

Tabela 01: Comparativo de preços.

Preços praticados pela proponente em outras contratações. (A)		Preço proposto ao Município de Mariana (B)	Comparativo de A vs. B Resultado: > ou = ou <
NOTA FISCAL 22	R$ 11.000,00	**R$ 16.000,00**	**A < B**
NOTA FISCAL 05	R$ 8.000,00		**A < B**
NOTA FISCAL 10	R$ 16.000,00		**A = B**
NOTA FISCAL 12	R$ 17.000,00		**A > B**
NOTA FISCAL 04	R$ 8.000,00		**A < B**
NOTA FISCAL 14	R$ 20.000,00		**A > B**

Em conformidade com a tabela supra, após análise comparativa entre o preço proposto e os apresentados como justificativa, observa-se que o valor da proposta é compatível com os valores que a proponente pratica no mercado, e levando em consideração que o preço é inferior aos demais, entende-se que há demonstração da vantagem econômica.

12. Consta abertura do processo administrativo devidamente autuado em sequência cronológica, numerado e autorizado pelo Ordenador de despesas – fl. 047.

13. Consta a indicação da disponibilidade de créditos orçamentários (reserva orçamentária), demonstrando a compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido, identificados pelos códigos dos créditos próprios da classificação e da categoria de programação referente ao exercício corrente – fl. 077, **porém, não há como validar a informação com os instrumentos de planejamento, uma vez que não houve a indicação de dotação nos referidos instrumentos (DFD, ETP, TR)** (Art. 72, IV da Lei 14.133/21, art. 16, § 1º da Lei Complementar nº 101/2000).

Dotação: 24.001.13.392.0016.2.552 3.3.90.39 – fonte de recurso 1.500 - ficha 575

Danilo Brito das Dores
Controlador Geral

14. Consta a indicação do agente responsável pela condução do procedimento de contratação direta – fl. 002, no entanto, **não consta o ato de designação do encarregado de planejamento da contratação. Sendo assim, recomendamos que seja juntado ao processo.**

ATENÇÃO:
Visto que não identificamos no processo o ato de designação dos encarregados pelo planejamento da contratação, aproveitamos a oportunidade para **orientar ao Secretário** que o art. 5º do Decreto Municipal 11.813/2024, determina que o encarregado de planejamento da contratação deve ser indicado pelo(a) Secretário(a) Municipal da respetiva pasta, e designado pelo chefe do poder executivo, por meio de portaria, observados os requisitos dispostos nos arts. 8º, 10 e 11, do mesmo Decreto. Essa orientação de justifica em razão de que **o encarregado de planejamento da contratação** é o servidor responsável pela elaboração do Estudo Técnico Preliminar, Documento de Análise de Riscos, Documento de Formalização da Demanda, Termo de Referência, Projetos Básicos ou Projeto Executivo, instruir os processos de dispensa e inexigibilidade de licitação, dentre outras atribuições elencadas no art. 17 do Decreto Municipal 11.813/2024.

15. Consta o parecer expedido pela Coordenadoria Geral de Compras - fls. 078 a 079, em cumprimento à exigência do art. 33, do Decreto Municipal nº 11.812/2024, opinando pela possibilidade da aplicação do instituto de inexigibilidade de licitação.

16. Consta o parecer jurídico - fls. 080 a 086, fundamentando os motivos excepcionais para a inexigibilidade de licitação opinando pela viabilidade jurídica do feito, em atendimento à exigência do art. 33, do Decreto Municipal nº 11.812/2024.

17. Por fim, a Controladoria Geral informa que eventuais solicitações de análises em processos de contratações diretas, instaurados a partir da publicação do Decreto Municipal nº 11.812, de 23 de abril de 2024, deverão ser devidamente formalizadas em conformidade com o disposto no art. 16, do referido decreto.

CONCLUSÃO

Subsidiar o gestor com informações e elementos para a tomada de decisões é uma das importantes atribuições do Controle, inclusive como medida de prevenção de desperdícios, perdas, abusos, fraudes e desfalques, nos termos da Cartilha de Orientações sobre Controle Interno, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais[6]. Assim, consoante disposição contida no § 3º, do art. 17, do Decreto Municipal nº 11.812/2024, a presente manifestação possui caráter meramente opinativo, podendo ser eventualmente contraposta pelo ordenador de despesa da unidade requisitante, de forma técnica, cabendo ao ele a decisão de oportunidade e/ ou conveniência da homologação.

[6] Disponível em: <https://www.tce.mg.gov.br/img_site/Cartilha_Controle%20Interno.pdf>. Acesso em: 16/12/2025 às 14h08min.

Danilo Brito das Dores
Controlador Geral

Cumpre ressaltar o que versa o art. 73 da Lei nº 14.133/2021, visto que esse é categórico ao explicitar que *"na hipótese de contratação direta indevida ocorrida com dolo, fraude ou erro grosseiro, o contratado e o agente público responsável responderão solidariamente pelo dano causado ao erário, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis"*.

Dessa forma, pelo Parecer acostado aos autos pela Assessoria Jurídica quanto aos requisitos legais e formais do ato, ressalvado entendimento diverso e o caráter não vinculativo, deste parecer, a Controladoria Geral do Município, ***opina*** pela ***continuidade*** do presente procedimento de contratação direta, nos termos do art. 17[7] do Decreto municipal nº 11.812/2024, ***desde que:***

PROVIDENCIAS OBRIGATÓRIAS PÓS-HOMOLOGAÇÃO

Caso o processo de contratação direta seja homologado, conforme competências estabelecidas nos Decretos Municipais nº 11.812/2024 e nº 11.813/2024, os agentes públicos responsáveis pelos atos dispostos a seguir deverão:

✓ Divulgar e manter à disposição do público o ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), bem como no sítio eletrônico oficial do Município, em cumprimento ao disposto no §1º do art. 14, do Decreto Municipal nº 11.812/2024 c/c o parágrafo único do art. 72, da Lei nº 14.133/2021, **observados o §4º do art. 14 do Decreto Municipal 11.812/2024 e §2º art. 94 da Lei nº 14.133/2021**, na qual **no caso de contratação de profissional do setor artístico por inexigibilidade de licitação, "a publicação deverá identificar os custos do cachê do artista, dos músicos ou da banda, quando houver, do transporte, da hospedagem, da infraestrutura, da logística do evento e das demais despesas específicas"**.

✓ Confeccionar o empenho da despesa, formalizado em documento denominado "nota de empenho", **devendo ser realizado de forma prévia à(s) contratação(ões)**. Tal orientação é consentânea com o acordão do TCU, nº 1.404/2011, que determinou a: "observância das fases da

[7] **Art. 17.** A Controladoria Geral do Município, enquanto órgão responsável pelo controle dos atos administrativos, por ocasião do disposto no art. 16, deste Decreto, cabe emitir parecer conclusivo. **§ 1º.** Em caso de regularidade do ato processual os autos serão remetidos aos responsáveis com parecer recomendando a homologação do resultado do certame ou a ratificação da contratação direta, ou a continuidade do procedimento, conforme o caso. **§ 2º.** Em caso de irregularidades dos atos os autos serão remetidos aos responsáveis, com a indicação da inconsistência encontrada, recomendando a sua retificação, quando o vício verificado for sanável, ou anulação, em caso de vício insanável, ou o indeferimento, conforme o caso. **I -** Para efeito do disposto neste artigo, conforme o caso, a **Controladoria poderá**: **a) Recomendar a retificação da inconsistência:** deliberação, devidamente fundamentada, para adoção de providências concretas e imediatas, com a finalidade de prevenir, corrigir irregularidade, remover seus efeitos ou abster-se de executar atos irregulares; **b) Orientar:** deliberação de natureza colaborativa, devidamente fundamentada, que apresenta ao destinatário oportunidades de melhoria, com a finalidade de contribuir para o aperfeiçoamento da gestão; **c) Solicitar ciência expressa:** deliberação de natureza declaratória que cientifica o destinatário sobre a ocorrência de irregularidade, quando as circunstâncias não exigirem providências concretas e imediatas, sendo suficiente, para fins do controle, induzir a prevenção de situações futuras análogas.

despesa pública, de modo que o empenho seja prévio ou contemporâneo à contratação, consoante artigos 58 a 70 da Lei nº 4.320/1964".

✓ **Para o exercício das funções, cientificar formalmente o gestor e o fiscal de contrato/ata de registro de preços da indicação e das respectivas atribuições, antes da formalização do ato de designação** e no prazo máximo estabelecido, **devendo esses declararem, formalmente ciência da indicação**, em observância art. 6º, § 1º, c/c art. 7º, ambos do Decreto Municipal nº 11.813/2024.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Mariana, 28 de janeiro de 2026.

Danilo Brito das Dores
Controlador Geral

Danilo Brito das Dores
Controlador Geral

Contrato
47/26

Voltar | Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 06.202.354/0001-03

Razão Social: XINXIN E JUANETO ESPETACULOS LTDA

Endereço: R CONEGO BRAGA 73 / SAO JOSE / MARIANA / MG / 35426-072

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:27/01/2026 a 25/02/2026

Certificação Número: 2026012706331285362500

Informação obtida em 02/02/2026 16:23:09

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: XINXIN E JUANETO ESPETACULOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 06.202.354/0001-03
Certidão nº: 7968060/2026
Expedição: 05/02/2026, às 07:50:40
Validade: 04/08/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **XINXIN E JUANETO ESPETACULOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **06.202.354/0001-03, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP 35.420-003 — ESTADO DE MINAS GERAIS

AUTORIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DIRETA PELA AUTORIDADE COMPETENTE

INEXIGIBILIDADE: 38/2026

PROCESSO: 40/2026

OBJETO: CONTRATACAO GRUPO CIRCO VOLANTE PARA APRESENTACAO ARTISITICA NO EVENTO INTITULADO "CARNAVAL MARIANA 2026".

CONSIDERANDO a justificativa trazida pela Secretaria Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo, no que tange a necessidade da contratação em tela;

CONSIDERANDO o interesse da administração pública municipal em garantir um calendário cultural extenso e diversificado;

CONSIDERANDO a necessidade de realizar o evento em tela visto tratar-se de festividade tradicional a nível nacional compreendendo a maior manifestação cultural do pais;

CONSIDERANDO o notório reconhecimento do público em geral no que tange ao trabalho do artista em comento, visto possuir carreira longa e duradoura, e já ter se apresentado em diversos eventos de grande repercussão popular, conforme se verifica nos documentos acostados ao feito;

CONSIDERANDO a legitimidade de representação dos interesses da banda, visto que a contratação em tela será viabilizada entre este município e empresa representante legal devidamente munida de poderes de representação exclusiva na forma da lei;

CONSIDERANDO que os valores ofertados se aproximam do já praticado no mercado, inclusive no mesmo período carnavalesco, visto encontrarem-se balizados pelos documentos acostados ao feito;

Destarte, com fincas no texto da Lei nº 14.133/21, especialmente em seu artigo 74 Inciso II, assim como no artigo 205 da Constituição Federal de 1988, e nos artigos 127, e 128 da Lei Orgânica Municipal, **AUTORIZO** por meio de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, com a devida celebração da respectiva contratação, nos termos da Lei.

Mariana, 28 de janeiro de 2026

MARCOS EDUARDO BATISTA

Secretário Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo